



SIMULADO FINAL

SEFAZ CE

Auditor-Fiscal Da Fazenda Estadual
Gestão Fazendária - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-CE**, cargo de **Auditor Fiscal da Fazenda Estadual - Gestão Fazendária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/5F9YhoACPxCVPwyq5>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E	121 - A B C D E	141 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E	122 - A B C D E	142 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E	123 - A B C D E	143 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E	124 - A B C D E	144 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E	125 - A B C D E	145 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E	126 - A B C D E	146 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E	127 - A B C D E	147 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E	128 - A B C D E	148 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E	129 - A B C D E	149 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E	130 - A B C D E	150 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E	131 - A B C D E	151 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E	132 - A B C D E	152 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E	133 - A B C D E	153 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E	134 - A B C D E	154 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E	135 - A B C D E	155 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E	136 - A B C D E	156 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E	137 - A B C D E	157 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E	138 - A B C D E	158 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E	139 - A B C D E	159 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E	140 - A B C D E	160 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/3Ry0UHO>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Para responder às questões de **1 a 8**, baseie-se no texto a seguir.

Felicidade e alegria

QUANDO EU era criança ou adolescente, pensava que a felicidade só chegaria quando eu fosse adulto, ou seja, autônomo, respeitado e reconhecido pelos outros como dono exclusivo do meu nariz.

Contrariando essa minha previsão, alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância ou adolescência para ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor.

Por sorte, 1) meus pais nunca disseram nada disso; eles deixaram a tarefa de articular essas inanidades a amigos, parentes ou pedagogos desavisados; 2) graças a esse silêncio dos meus pais, pude decretar o seguinte: os adultos que afirmavam que a infância era o único tempo feliz da vida deviam ser, fundamentalmente, hipócritas; 3) com isso, evitei uma depressão profunda pois, uma vez que a infância e a adolescência, que eu estava vivendo, não eram paraíso algum (nunca são), qual esperança me sobraria se eu acreditasse que a vida adulta seria fundamentalmente uma decepção?

Cheguei à conclusão de que, ao longo da vida, nossa ideia da felicidade muda: 1) quando a gente é criança ou adolescente, a felicidade é algo que será possível no futuro, na idade adulta; 2) quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes.

Em suma, a felicidade é uma quimera que seria sempre própria de uma outra época da vida que ainda não chegou ou que já passou.

No filme de Arnaldo Jabor, "A Suprema Felicidade", o avô (extraordinário Marco Nanini) confia ao neto que a felicidade não existe e acrescenta que, na vida, é possível, no máximo, ser alegre. Claro, concordo com o

avô do filme. E há mais: para aproveitar a vida, o que importa é a alegria, muito mais do que a felicidade.

Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. Caderno Ilustrada. Jornal Folha de São Paulo.

1. Ao considerar a estruturação do texto, verifica-se que no

a) 1º parágrafo, o autor sustenta que a felicidade é alcançada quando se chega à vida adulta, confirmando a expectativa que cultivava na infância.

b) 2º parágrafo, o autor explica que o silêncio de seus pais o levou a concluir que a visão idealizada da infância, apresentada por alguns adultos, era contraditória com a experiência real.

c) 3º parágrafo, conclui-se que embora seja percebida de formas distintas por crianças e adultos, a ideia de felicidade permanece inalterada ao longo da vida.

d) 4º parágrafo, o autor resume sua reflexão ao sugerir que a felicidade se realiza quando o indivíduo consegue conciliar as expectativas do passado com as do futuro.

e) 5º parágrafo, o autor conclui que a alegria constitui uma expressão mais simples e acessível da felicidade.

2. Encontra-se uma palavra empregada em sentido figurado no seguinte segmento do texto:

- a) ... pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor. (1º parágrafo)
- b) ... alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância ou adolescência para ser feliz. (1º parágrafo)
- c) ...graças a esse silêncio dos meus pais, pude decretar o seguinte: os adultos que afirmavam que a infância era o único tempo feliz da vida deviam ser, fundamentalmente, hipócritas. (2º parágrafo)
- d) ...quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes. (3º parágrafo)
- e) No filme de Arnaldo Jabor, o avô (...) confia ao neto que a felicidade não existe e acrescenta que, na vida, é possível, no máximo, ser alegre. (5º parágrafo)

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) *Contrariando essa minha previsão* (1º parágrafo) = Ao contrário do que eu esperava.
- b) *deixaram a tarefa de articular essas inanidades* (2º parágrafo) = deixaram o trabalho de explicar essas relevâncias.
- c) *pude decretar o seguinte* (2º parágrafo) = pude comprovar o seguinte.
- d) *os adultos (...) deviam ser, fundamentalmente, hipócritas* (2º parágrafo) = os adultos eram, essencialmente, incoerentes.
- e) *a felicidade é uma quimera* (4º parágrafo) = a felicidade se alcança conforme o querer.

4. Sem que seja feita nenhuma outra alteração, o segmento sublinhado no trecho “No filme de Arnaldo Jabor, “A Suprema Felicidade”, o avô (extraordinário Marco Nanini) confia ao neto que a felicidade não existe...” pode ser substituído por:

- a) em que o diretor é Arnaldo Jabor.
- b) cujo diretor é Arnaldo Jabor.
- c) que cujo diretor é Arnaldo Jabor.
- d) no qual o diretor é Arnaldo Jabor.
- e) cujo o diretor é Arnaldo Jabor.

5. “...alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância ou adolescência para ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações...”.

A redação do trecho acima permanecerá correta e coerente com a substituição do elemento em destaque por:

- a) contudo
- b) conquanto
- c) porquanto
- d) por isso
- e) portanto

6. “eles deixaram a tarefa de articular essas inanidades” (2º parágrafo).

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) foram deixadas.
- b) seria deixada.
- c) foi deixada.
- d) eram deixadas.
- e) tinha deixado.

7. Em nova redação, a frase que mantém a adequada correlação entre os tempos e modos verbais é:

- a) É provável que a ideia de felicidade mudasse ao longo da vida, mas muitos ainda acreditarão que ela pertence apenas ao futuro.
- b) Quem acreditasse que a vida adulta resolverá todas as frustrações enfrentaria uma inevitável decepção.
- c) A ideia de felicidade mudaria, à medida que a experiência de vida tenha ampliado a compreensão das pessoas.
- d) Quem compreender que a felicidade é uma quimera valorizará mais os momentos de alegria.
- e) As pessoas que idealizam a vida adulta como o momento da felicidade plena poderiam descobrir que a alegria é mais acessível.

8. É adequado o emprego do elemento sublinhado na seguinte frase:

- a) Os adultos aos quais o autor desconfiava idealizavam a infância.
- b) A infância era a fase onde alguns adultos situavam a verdadeira felicidade.
- c) As conclusões que o autor chegou modificaram sua maneira de compreender a felicidade.
- d) A alegria é o valor cujo o autor atribui maior importância.
- e) A felicidade pela qual o autor esperava parecia reservada à vida adulta.

9. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) A capacidade de esquecer, mesmo depois de tantas lembranças e experiências acumuladas ao longo da vida, permitem seguir em frente.
- b) Na análise do cronista, admite-se, como necessários ao equilíbrio da vida, os mecanismos de esquecimento seletivo.
- c) Houveram momentos em que o cronista refletiu sobre os mistérios da memória, especialmente

sobre a necessidade de esquecer para continuar vivendo.

- d) Segundo o cronista, quando se pensa na continuidade da vida, convém esquecer certas lembranças dolorosas para seguir em frente.
- e) No estudo da memória, acreditam-se em mecanismos cotidianos que explicam o funcionamento do esquecimento.

10. Observam-se plenamente as normas de pontuação no seguinte período:

- a) Nabuco, ao inventar a Nossa Senhora do Esquecimento demonstrou estar em um momento de profunda e rara inspiração.
- b) O cronista afirma que, o Brasil é um país sem memória, o que permitiria à nação entrar com mais leveza no futuro.
- c) Se nos lembrássemos de tudo o que nos acontece, a vida, conforme conclui a ciência, seria absolutamente insuportável.
- d) Esquecer, é uma operação tão essencial à vida como lembrar; por isso, é preciso ter critérios seletivos no limiar de um novo ano.
- e) O mecanismo da memória, por ser complexo e apresentar segredos impenetráveis desafia, constantemente, os especialistas da área.

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocellin*

11. Uma empresa de fomento mercantil antecipou duas duplicatas de um mesmo cliente, ambas com vencimento daqui a 5 meses e negociadas a uma taxa de desconto de 5% ao mês. A primeira duplicata foi negociada segundo uma operação de desconto comercial simples e a segunda, cujo valor nominal é o triplo do valor nominal da primeira, segundo uma operação de desconto racional simples. Sabendo que a soma dos valores atuais das duas duplicatas é igual a R\$ 63.000,00, o valor do desconto concedido sobre a segunda duplicata é de

- a) R\$ 15.000,00
- b) R\$ 17.000,00
- c) R\$ 12.000,00
- d) R\$ 5.000,00
- e) R\$ 4.000,00

12. Um contribuinte possui um débito de ICMS no valor de R\$ 55.000,00 com vencimento na data de hoje. A legislação estadual permite quitar esse débito por meio de duas parcelas anuais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira daqui a 1 ano, considerando uma taxa de juros compostos de 20% ao ano. Nessas condições, o valor de cada parcela é de

- a) R\$ 27.500,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 33.000,00
- d) R\$ 39.600,00
- e) R\$ 36.000,00

13. A tesouraria de uma empresa aplicou os $\frac{3}{5}$ de um capital a uma taxa de juros compostos de 10% ao ano, durante 2 anos, obtendo um total de juros igual a R\$ 6.300,00. O restante do capital foi aplicado a uma taxa de juros simples de 18% ao ano, durante 4 meses. A soma dos montantes das duas aplicações é igual a

- a) R\$ 56.300,00
- b) R\$ 57.500,00
- c) R\$ 56.000,00
- d) R\$ 57.200,00
- e) R\$ 59.900,00

14. Dois projetos de investimento, A e B, mutuamente excludentes, apresentam a mesma taxa interna de retorno positiva de 25% ao ano e exigem o mesmo desembolso inicial D, na data zero. Os fluxos de caixa anuais, em reais, são apresentados a seguir:

- Ano 0: projeto A = $-D$; projeto B = $-D$
- Ano 1: projeto A = 15.000,00; projeto B = X
- Ano 2: projeto A = 37.500,00; projeto B = X

Nessas condições, o valor de X é igual a

- a) R\$ 22.500,00
- b) R\$ 26.250,00
- c) R\$ 28.125,00
- d) R\$ 25.000,00
- e) R\$ 18.000,00

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

15. Uma equipe de inteligência fiscal da SEFAZ-CE analisou os valores (em milhares de reais) de oito autos de infração emitidos por determinada regional.

Os valores observados foram

62, 74, 81, 88, 96, 108, x , y ,

em que

$$108 < x < y.$$

Sabe-se que:

- a média aritmética da amostra é igual a 102;
- a amplitude da amostra é igual a 98.

Nessas condições, o valor de x é

- a) 142
- b) 145
- c) 147
- d) 149
- e) 151

16. Durante o desenvolvimento de um algoritmo de seleção de contribuintes para fiscalização, um auditor dispõe de:

- 6 critérios tributários (T);
- 5 critérios contábeis (C);
- 4 critérios patrimoniais (P).

Um plano de fiscalização será composto por exatamente 5 critérios distintos, devendo conter:

- pelo menos 2 critérios tributários;
- pelo menos 1 critério contábil;
- no máximo 1 critério patrimonial.

O número de planos distintos que podem ser elaborados é

- a) 1275
- b) 1325
- c) 1375
- d) 1425

e) 1475

17. Em determinado setor econômico, verificou-se que 12% dos contribuintes são identificados pelos sistemas da administração tributária como tendo cometido infração tributária, enquanto os demais não são identificados.

Entre os contribuintes identificados, observou-se que:

- 80% praticaram omissão de receita;
- 35% utilizaram documentos inidôneos;
- dentre os contribuintes identificados que praticaram omissão de receita, 25% utilizaram documentos inidôneos.

Entre os contribuintes não identificados, apenas 2% utilizaram documentos inidôneos, não havendo registro de omissão de receita nesse grupo.

Selecionando-se aleatoriamente um contribuinte que utilizou documentos inidôneos, a probabilidade de que ele tenha praticado omissão de receita é mais próxima de

- a) 34%
- b) 40%
- c) 46%
- d) 52%
- e) 58%

18. O número diário de autos de infração emitidos por determinada equipe de fiscalização segue uma distribuição de Poisson com média igual a 3. Admita que o número de autos emitidos em dias distintos seja independente.

A probabilidade de que, em dois dias consecutivos, sejam emitidos exatamente sete autos de infração ao todo, sabendo-se que em nenhum dos dois dias foram emitidos mais de cinco autos, é igual a

- a) $\frac{243}{10} e^{-6}$
- b) $\frac{81}{2} e^{-6}$
- c) $\frac{243}{5} e^{-6}$
- d) $\frac{486}{5} e^{-6}$
- e) $\frac{729}{10} e^{-6}$

19. Uma amostra aleatória simples de 64 empresas apresentou arrecadação média mensal de R\$ 425 mil e desvio-padrão amostral de R\$ 64 mil.

Deseja-se testar

$$H_0: \mu = 440$$

contra

$$H_1: \mu < 440,$$

admitindo distribuição aproximadamente normal e nível de significância de 5%.

Considere $z_{0,05} = -1,645$.

É correto afirmar que

- a) rejeita-se H_0 , pois $z < -1,645$.
- b) não se rejeita H_0 , pois $-1,645 < z < 0$.
- c) rejeita-se H_0 , pois o intervalo de confiança de 95% contém 440.
- d) rejeita-se H_0 , pois o erro-padrão é inferior a 5.
- e) não é possível decidir sem conhecer a variância populacional.

20. O quadro a seguir apresenta, para seis regionais da Secretaria da Fazenda, a arrecadação anual (X , em bilhões de reais) e o número de fiscalizações concluídas (Y , em milhares).

Regional	X	Y
A	12	18
B	16	22
C	20	25
D	24	31
E	28	34
F	32	38

Sabendo que a reta de regressão linear simples de Y sobre X é utilizada para estimativas operacionais, analise as afirmações a seguir.

- I. O coeficiente angular da reta de regressão é superior a 0,95.
- II. O coeficiente de determinação da regressão é superior a 95%.
- III. Para uma regional cuja arrecadação seja de 26 bilhões de reais, a previsão obtida pela reta de regressão supera 33 mil fiscalizações.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

21. Cinco auditores-fiscais — Alberto, Beatriz, Carlos, Daniela e Eduardo — serão designados para cinco equipes distintas (I, II, III, IV e V), cada uma responsável por uma região fiscal diferente.

Sabe-se que:

- cada equipe terá exatamente um auditor;
- Alberto trabalhará em equipe imediatamente anterior à de Daniela;
- Carlos não trabalhará na Equipe I nem na Equipe V;
- Eduardo trabalhará em equipe de número maior que Beatriz;
- Daniela trabalhará em equipe de número par;
- o auditor da Equipe III não é Eduardo;
- Beatriz não trabalhará na Equipe II.

Com base nessas informações, é correto concluir que

- a) Alberto trabalhará na Equipe I.
- b) Beatriz trabalhará na Equipe I.
- c) Carlos trabalhará na Equipe III.
- d) Daniela trabalhará na Equipe IV.
- e) Eduardo trabalhará na Equipe V.

22. Considere verdadeiras as proposições:

1. Se toda fiscalização eletrônica é concluída no prazo, então todo relatório correspondente é homologado.
2. Se algum relatório não é homologado, então existe recurso administrativo pendente.
3. Não existe recurso administrativo pendente.

Com base exclusivamente nessas premissas, conclui-se corretamente que

- a) toda fiscalização eletrônica foi concluída no prazo.
- b) algum relatório não foi homologado.
- c) todo relatório correspondente foi homologado.
- d) nenhuma fiscalização eletrônica deixou de ser concluída no prazo.
- e) se algum relatório não foi homologado, então alguma fiscalização eletrônica não foi concluída no prazo.

ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Rennó

23. Durante uma capacitação sobre governança no setor público, um instrutor apresentou um caso em que uma autarquia federal buscava eliminar práticas personalistas e padronizar a execução de suas atividades. Para tanto, instituiu manuais operacionais detalhados, organogramas rígidos e normas de conduta que vinculavam o exercício da autoridade ao cargo ocupado, e não à pessoa que o ocupava.

Embora a iniciativa tenha garantido maior previsibilidade e controle, também gerou queixas de lentidão e de engessamento nos processos decisórios.

Considerando as características da evolução da administração pública, a situação descrita está associada principalmente a:

- a) Um modelo de gestão que privilegia a autonomia decisória e a responsabilização por resultados, aproximando-se da lógica gerencial.
- b) Uma forma organizacional centrada na dominação racional-legal, com ênfase na formalidade, hierarquia e impessoalidade.
- c) Um estágio de transição entre o patrimonialismo e o gerencialismo, caracterizado pela flexibilidade das regras e estímulo à inovação.
- d) Uma estrutura administrativa híbrida, pautada no clientelismo e na delegação informal de autoridade.
- e) Um sistema de governança pública orientado à descentralização e à meritocracia funcional.

24. Nos anos 1990, em meio às reformas inspiradas na Nova Gestão Pública (NGP), diversos países reformularam a atuação do Estado, introduzindo instrumentos de avaliação de desempenho, controle por resultados e ampliação da relação com usuários de serviços públicos.

Dentro desse contexto, consolidou-se uma vertente conhecida como consumerism, cuja essência repousa em:

- a) Fortalecer o papel do Estado como regulador direto do mercado, transferindo-lhe a responsabilidade de prestação de serviços essenciais.
- b) Promover o afastamento do Estado das relações de mercado e revalorizar a intervenção direta do poder público.
- c) Ampliar a hierarquização e a padronização de processos, assegurando previsibilidade e uniformidade no atendimento ao cidadão.
- d) Redefinir a lógica burocrática, substituindo o foco no cumprimento de normas pelo foco na satisfação do usuário enquanto “cliente” dos serviços públicos.
- e) Instituir um sistema de controle centrado exclusivamente em indicadores financeiros, sem considerar a percepção do usuário.

25. Em uma autarquia ambiental, servidores foram incentivados a propor soluções criativas para reduzir desperdícios e agilizar processos internos, recebendo reconhecimento institucional por suas iniciativas. Essa prática caracteriza:

- a) Governo descentralizado.
- b) Governo preventivo.
- c) Intraempreendedorismo no setor público.
- d) Governo orientado para o mercado.
- e) Governo competitivo.

26. O Durante um fórum sobre inovação na gestão pública, um governador afirmou que “o papel do Estado não é executar diretamente todos os serviços, mas criar condições para que sociedade civil, setor privado e organizações sociais contribuam na sua realização, cabendo ao governo orientar, coordenar e fiscalizar”. Essa declaração exemplifica o princípio do:

- a) Governo catalisador, que busca atuar como indutor e regulador, em vez de concentrar a execução direta dos serviços.
 - b) Governo competitivo, no qual diferentes prestadores disputam entre si para oferecer serviços públicos mais eficientes.
 - c) Governo de resultados, que avalia o sucesso das políticas públicas exclusivamente pelo impacto social gerado.
 - d) Governo da comunidade, que transfere integralmente à sociedade a execução de serviços, sem participação do Estado.
 - e) Governo preventivo, voltado à antecipação de crises e à redução de riscos futuros.
-

27. O conceito de Gestão por Resultados (GPR) estabelece que o planejamento governamental deve orientar a alocação de recursos e o desempenho das equipes em torno de metas objetivamente definidas. No entanto, uma das críticas recorrentes é que, no setor público, a adoção de metas pode desconsiderar aspectos qualitativos de políticas públicas, causando um desequilíbrio entre eficiência operacional e efetividade social. Nesse contexto, avalie as afirmações:

- I. Na GPR, a ênfase em resultados quantificáveis pode deixar de lado indicadores de impacto social de longo prazo, restringindo a visão de valor público.
- II. O controle a posteriori, típico da GPR, dispensa qualquer necessidade de monitoramento contínuo, pois a avaliação só ocorre ao final do ciclo.
- III. A motivação do servidor tende a aumentar quando as metas são negociadas e não meramente impostas, sobretudo se houver um sistema de recompensas vinculado ao desempenho.

Está(ão) correta(s) somente:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) Apenas III.

GOVERNANÇA PÚBLICA

Elisabete Moreira

28. A governança pública organizacional compreende um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. No âmbito das avaliações internacionais, o Banco Mundial estabelece indicadores de governança (*Worldwide Governance Indicators - WGI*), a exemplo do indicador "Voz e Accountability", frequentemente traduzido com rigor com vistas a refletir percepções específicas sobre o Estado. Sob a ótica da governança pública, esse indicador afere precipuamente:

- a) A capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentações sólidas que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado.
- b) A medida em que os cidadãos de um país são capazes de participar na seleção do seu governo, bem como a liberdade de associação e a mídia livre.
- c) A probabilidade de instabilidade política e/ou violência com motivação política, incluindo o terrorismo no âmbito interno do Estado.
- d) O grau de independência da burocracia estatal em relação a pressões políticas e a qualidade da prestação de serviços públicos.
- e) A extensão em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo formas pequenas e grandes de corrupção.

29. O Secretário da Fazenda do Estado do Ceará delegou a um coordenador tributário a prerrogativa de desenhar e documentar o fluxo de arrecadação, tendo em vista a dificuldade desse Secretário de monitorar todas as ações de arrecadação, gerando um risco de que, porventura, algumas decisões sejam tomadas de forma a favorecer interesses particulares em detrimento do interesse público. À luz dos Stakeholders da Administração Pública, esse cenário descreve perfeitamente o problema central analisado pela:

- a) Teoria da Burocracia, que foca na disfunção do excesso de formalismo e apego às regras.
- b) Teoria dos Custos de Transação, que analisa a racionalidade limitada e o oportunismo nas contratações públicas.
- c) Teoria da Agência, que estuda o conflito de interesses e a assimetria de informações entre o principal e o agente.
- d) Teoria Institucional, que foca no isomorfismo e na busca por legitimidade social pelas organizações públicas.
- e) Teoria do *Public Choice*, que analisa o comportamento do eleitor médio e os ciclos políticos orçamentários.

30. Considere que o Poder Executivo do Estado do Ceará instituiu um Comitê de Gestão de Riscos e Integridade composto por diretores e coordenadores, responsável por coordenar a gestão de riscos e apoiar o monitoramento dos controles internos das secretarias, fazendo a ponte entre a alta administração e as áreas executoras. Segundo os referenciais de governança no setor público, essa estrutura atua tipicamente como uma:

- a) Instância externa de governança, com papel de auditoria independente.
- b) Instância tática de governança, responsável por coordenar e supervisionar áreas específicas.
- c) Instância operacional de governança, responsável pela execução das políticas e tarefas de rotina.
- d) Instância estratégica de governança, responsável por definir o direcionamento máximo e aprovar diretrizes políticas.
- e) Instância de controle social, operada diretamente por conselhos de cidadãos.

31. Na avaliação do desempenho organizacional da SEFAZ, um auditor fiscal e gestor de processos precisa utilizar indicadores consistentes. Ao analisar o processo de arrecadação tributária, ele levanta o indicador tempo médio para a arrecadação de um imposto, que pode ser classificado como de:

- a) Efetividade.
- b) Qualidade.
- c) Eficácia.
- d) Produtividade.
- e) Economicidade.

32. Segundo o Modelo de Três Linhas, atualização de 2020 pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*, adotado nas políticas de governança e gestão de riscos do setor público, as organizações devem estruturar as funções de gerenciamento e controle de forma clara. De acordo com o modelo atualizado, assinale a alternativa que indica corretamente as atribuições da Primeira e da Segunda Linha, respectivamente:

- a) A Primeira Linha realiza auditorias independentes; a Segunda Linha atua no fornecimento de bens e serviços aos cidadãos.
- b) A Primeira Linha lidera e direciona as funções de *compliance* e gestão de riscos corporativos; a Segunda Linha executa os controles internos no dia a dia.
- c) A Primeira Linha gerencia os riscos no provimento de produtos e serviços aos clientes; a Segunda Linha fornece expertise, apoio, monitoramento e desafio em assuntos relacionados a riscos.
- d) A Primeira Linha é responsável pelas ações de correção e ouvidoria institucional; a Segunda Linha foca exclusivamente na prestação de contas ao corpo governante.
- e) A Primeira Linha reporta-se diretamente ao Tribunal de Contas do Estado; a Segunda Linha realiza a supervisão final da Alta Administração.

oportunidade crescentes à medida que se amplia a produção de um dos bens.

- c) a introdução de uma inovação tecnológica que reduz o custo unitário de produção de X desloca a curva de oferta para a esquerda, elevando o preço e reduzindo a quantidade de equilíbrio.
- d) sendo X um bem inferior, um aumento da renda dos consumidores desloca sua curva de demanda para a direita, elevando o preço de equilíbrio.
- e) o aumento do preço de um bem substituto de X desloca a curva de demanda de X para a esquerda, reduzindo o preço e a quantidade de equilíbrio.

34. Em determinado mercado, as funções de demanda e de oferta de um bem são dadas, respectivamente, por $Q_d = 100 - 2P$ e $Q_s = 3P$, em que P é o preço em reais e Q, a quantidade. Considerando o ponto de equilíbrio e a eventual instituição de um imposto específico (por unidade) cobrado dos produtores, as elasticidades-preço da demanda (em módulo) e da oferta são, respectivamente,

- a) 0,67 e 1,00, de modo que o ônus se repartiria igualmente, dado que o tributo é cobrado dos produtores.
- b) 1,50 e 1,00, de modo que a maior parcela do ônus recairia sobre os produtores.
- c) 0,67 e 1,00, de modo que a maior parcela do ônus do imposto (60%) recairia sobre os consumidores.
- d) 2,00 e 3,00, de modo que o ônus recairia integralmente sobre os produtores.
- e) 0,67 e 1,00, de modo que a maior parcela do ônus do imposto (60%) recairia sobre os produtores.

ECONOMIA

Celso Natale

33. No estudo dos conceitos fundamentais da economia e da teoria elementar do equilíbrio de mercado, é correto afirmar que

- a) uma redução no preço do bem X, mantida constante a renda dos consumidores, desloca a curva de demanda de X para a direita, elevando a quantidade transacionada.
- b) a fronteira de possibilidades de produção côncava em relação à origem expressa custos de

35. A respeito da teoria da produção e da teoria dos custos, fundamentos da análise das estruturas de mercado, analise as afirmações abaixo:

- I. No curto prazo, enquanto o produto marginal do fator variável for decrescente, porém positivo, o produto total continua a crescer, ainda que a taxas decrescentes, e o custo marginal é crescente.
 - II. A curva de custo marginal intercepta as curvas de custo variável médio e de custo total médio em seus respectivos pontos de mínimo.
 - III. A lei dos rendimentos decrescentes e os rendimentos decrescentes de escala são fenômenos idênticos, ambos verificados no longo prazo, quando todos os fatores de produção são variáveis.
 - IV. O custo fixo médio é constante ao longo de toda a escala de produção, razão pela qual não influencia o comportamento do custo total médio.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a) I, II e III.
 - b) II e IV.
 - c) III e IV.
 - d) I e IV.
 - e) I e II.

36. Uma firma que opera em concorrência perfeita apresenta função de custo total de curto prazo dada por $CT = q^2 + 20q + 200$, em que q é a quantidade produzida e o custo fixo é igual a 200. O preço de mercado do bem é de \$ 40. Nessas condições, a firma deve

- a) produzir 10 unidades, incorrendo em prejuízo de \$ 100, pois o preço supera o custo variável médio e a paralisação implicaria prejuízo de \$ 200.
- b) produzir 10 unidades, obtendo lucro econômico de \$ 100.
- c) produzir 20 unidades, ponto em que a receita total se iguala ao custo total.
- d) paralisar imediatamente a produção, pois o preço (\$ 40) é inferior ao custo total médio (\$ 50).
- e) paralisar imediatamente a produção, pois o custo marginal supera o preço em qualquer nível de produção.

37. Um monopolista defronta-se com a curva de demanda de mercado $P = 100 - 2Q$ e opera com custo marginal constante e igual a \$ 20. Maximizando o lucro no curto prazo, o monopolista praticará preço e quantidade e provocará peso morto, respectivamente, de

- a) \$ 60; 20 unidades; e \$ 800.
- b) \$ 50; 25 unidades; e \$ 200.
- c) \$ 20; 40 unidades; e zero, pois o monopolista maximiza lucro igualando preço e custo marginal.
- d) \$ 60; 20 unidades; e \$ 400.
- e) \$ 60; 20 unidades; e zero, pois o excedente perdido pelos consumidores é integralmente apropriado pelo monopolista.

38. Acerca do equilíbrio da firma no curto prazo nas estruturas de concorrência monopolística e de oligopólio, é correto afirmar que

- a) no equilíbrio de longo prazo da concorrência monopolística, a firma opera no ponto de mínimo do custo total médio, tal como ocorre na concorrência perfeita.
- b) a firma em concorrência monopolística maximiza lucro produzindo onde a receita marginal iguala o custo marginal e, por deter poder de mercado decorrente da diferenciação do produto, pode auferir lucro extraordinário no curto prazo.
- c) o modelo de Cournot supõe que as firmas escolhem simultaneamente os preços de seus produtos, ao passo que o modelo de Bertrand trata da escolha de quantidades.
- d) no modelo da curva de demanda quebrada, variações do custo marginal, ainda que pequenas, alteram de imediato o preço praticado pelo oligopolista, o que explica a instabilidade de preços nessa estrutura.
- e) no modelo de Stackelberg, as firmas decidem simultaneamente as quantidades produzidas, inexistindo, portanto, vantagem para a firma que se move primeiro.

39. Considere os dados a seguir, extraídos das contas nacionais de uma economia aberta e com governo, apurados para determinado ano (em R\$ bilhões):

Componente	Valor
Consumo das famílias (C)	1.400
Investimento (I)	400
Gastos do governo (G)	500
Exportações (X)	250
Importações (M)	300
Tributos líquidos de transferências (T)	520

Considerando nulas a renda líquida enviada ao exterior e a depreciação, é correto afirmar que

- a) o PIB é de R\$ 2.850 bilhões, resultado da soma de todos os componentes da despesa agregada.
- b) a poupança externa é negativa em R\$ 50 bilhões, em razão do superávit em transações correntes.
- c) o setor público apresenta déficit de R\$ 20 bilhões, pois seus gastos superam a arrecadação líquida.
- d) a poupança privada é de R\$ 850 bilhões, correspondente à diferença entre o produto e o consumo agregado.
- e) a poupança privada é de R\$ 330 bilhões e a poupança do governo, de R\$ 20 bilhões; somadas à poupança externa de R\$ 50 bilhões, financiam exatamente o investimento de R\$ 400 bilhões.

40. A tabela a seguir apresenta os preços e as quantidades produzidas em uma economia hipotética, fechada e sem governo, que produz apenas dois bens:

Ano	Preço do bem A	Quantidade do bem A	Preço do bem B	Quantidade do bem B
2023	\$ 10	100	\$ 5	200
2025	\$ 16	150	\$ 8	200

Adotando-se 2023 como ano-base, o deflator do PIB de 2025, o crescimento real do PIB entre 2023 e 2025 e o valor, em 2025, de um contrato de \$ 50.000 firmado em 2023 e integralmente corrigido pela variação do deflator são, respectivamente,

- a) 200; 100%; e \$ 100.000.
- b) 125; 25%; e \$ 62.500.
- c) 160; 25%; e \$ 80.000.
- d) 160; 100%; e \$ 80.000.
- e) 200; 25%; e \$ 100.000.

41. A respeito da estrutura do Balanço de Pagamentos e das relações econômicas com o resto do mundo, segundo a metodologia adotada pelo Banco Central do Brasil, é correto afirmar que

- a) as remessas de trabalhadores migrantes recebidas do exterior são registradas na conta capital, por não decorrerem de contrapartida em bens ou serviços.
- b) as exportações e as importações de bens são registradas na balança comercial pelo valor CIF, de modo a incorporar os fretes e seguros correspondentes.
- c) o investimento direto no país compõe a conta capital, ao lado das transferências de patrimônio de migrantes.
- d) os lucros e dividendos remetidos ao exterior por empresas aqui instaladas integram a renda primária, componente das transações correntes.
- e) um déficit em transações correntes é necessariamente acompanhado de redução das reservas internacionais em igual montante.

42. A respeito da determinação do produto de equilíbrio, da relação entre investimento e poupança e do modelo IS-LM, é correto afirmar que

- a) ao longo da curva IS o mercado de bens está em equilíbrio, de modo que, para cada taxa de juros, existe um nível de produto que iguala a demanda agregada planejada à oferta e, em uma economia fechada e sem governo, o investimento planejado à poupança planejada.
- b) uma elevação da taxa de juros desloca a curva IS para a esquerda, reduzindo o investimento e, por meio do multiplicador, o produto de equilíbrio.
- c) uma política monetária expansionista, ao ampliar a oferta real de moeda, desloca a curva LM para a esquerda, reduzindo a taxa de juros e elevando o produto.
- d) na armadilha da liquidez, a curva LM é vertical, o que torna a política monetária plenamente eficaz para expandir o produto.
- e) quanto mais sensível o investimento à taxa de juros, mais inclinada a curva IS e maior o efeito de uma expansão fiscal sobre o produto de equilíbrio.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

43. Considere as seguintes situações hipotéticas:

I – Atanagildo é governador de estado, em segundo mandato consecutivo, e deseja candidatar-se a Senador na eleição próxima.

II – Clotilde, 34 anos, analfabeta, deseja candidatar-se ao cargo de vereadora;

III – Beda, 72 anos, brasileiro naturalizado, pretende candidatar-se ao cargo de Senador da República.

À luz da Constituição Federal, pode-se dizer que:

- a) Atanagildo é inelegível, mesmo que renuncie ao cargo atual
- b) Beda é inelegível, por se tratar de cargo privativo de brasileiro nato
- c) Clotilde é elegível ao cargo pretendido

d) Beda é elegível, assim como Atanagildo, este, se renunciar ao cargo que ocupa até 4 meses antes do pleito

e) Beda é elegível, assim como Atanagildo, este, se renunciar ao cargo que ocupa até 6 meses antes do pleito

44. Gregório, governador de Estado, deseja que o STF confirme a constitucionalidade de uma lei estadual cuja compatibilidade com a CF vem sendo fortemente questionada na justiça de primeira instância. Foi, então, aconselhado a ajuizar uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC). De acordo com a CF e com a jurisprudência:

- a) a ADC não é cabível
- b) a ADC é cabível, mas Gregório não tem legitimidade
- c) a ADC é cabível e Gregório possui legitimidade ativa
- d) a ADC não é cabível no STF, mas na primeira instância
- e) Gregório deveria ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão

45. É princípio que rege a Ordem Econômica, conforme previsão expressa da Constituição Federal, exceto:

- a) propriedade privada, livre concorrência e soberania nacional;
- b) função social da propriedade, busca do pleno emprego e defesa do consumidor
- c) defesa do meio ambiente, redução das desigualdades e busca do pleno emprego
- d) tratamento favorecido para empresas de pequeno porte e livre concorrência
- e) soberania nacional, livre iniciativa e eficiência

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

46. Jonas é adventista e foi convocado para a segunda etapa de um concurso público que ocorreria num sábado. Ele solicitou mudança de data por motivos religiosos, mas o pedido foi indeferido. Por isso, Jonas ingressou com ação alegando violação à liberdade de crença. Com base no entendimento do STF acerca da escusa de consciência em concursos públicos, é correto afirmar:

- a) o reagendamento é um direito absoluto do candidato, decorrente da liberdade de crença, devendo a Administração adotar todos os meios para não violar os direitos do candidato.
- b) a Administração deve sempre remarcar provas, não cabendo análise quanto à razoabilidade da alteração.
- c) é possível o reagendamento para data diversa da prevista no edital, desde que não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública.
- d) a liberdade religiosa não se aplica quando o candidato se inscreve voluntariamente em concursos públicos, sob pena de violação aos princípios da isonomia e da razoabilidade.
- e) a solicitação depende de autorização judicial prévia para ter validade e possibilidade de deferimento.

47. Suponha que uma autoridade judicial determinou a aplicação de medidas cautelares no curso de uma investigação voltada para apurar desvios de recursos públicos. No tocante às penalidades, ao afastamento preventivo e à independência de instâncias na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) a medida de afastamento preventivo do agente público de seu cargo possui natureza jurídica de sanção definitiva, operando de imediato a perda de seus subsídios e remuneração funcional.
- b) a sanção de perda da função pública atinge indistintamente todos os vínculos de qualquer qualidade e natureza que o agente mantenha com o poder público, vedada ao magistrado qualquer restrição.
- c) o afastamento preventivo do agente público do exercício do cargo, emprego ou função poderá ser determinado pela autoridade judicial, pelo prazo de até 90 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão motivada.
- d) as sentenças proferidas exclusivamente no âmbito civil não produzirão efeitos ou vincularão o andamento da ação de improbidade administrativa, em razão da independência das instâncias.
- e) as sanções aplicadas a pessoas jurídicas com base na Lei de Improbidade e na Lei Anticorrupção deverão ser obrigatoriamente cumuladas, afastando-se o princípio do *non bis in idem*.

48. Determinado contribuinte, pessoa física domiciliada no Ceará, ingressou com um requerimento junto à Secretaria da Fazenda para solicitar a retificação de dados cadastrais utilizados para a apuração do IPVA de seu veículo. Durante o trâmite, o órgão fazendário constatou a necessidade de compartilhar tais dados com o município de seu domicílio para fins de execução de política pública de trânsito. À luz das regras literais da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) apresentadas, assinale a alternativa correta:

- a) o tratamento de dados pessoais cujo acesso é público é inteiramente livre de amarras, dispensando-se do controlador qualquer dever de observar a finalidade ou a boa-fé que justificaram sua disponibilização original.
- b) é dispensada a exigência do consentimento para que a Secretaria da Fazenda compartilhe os dados com o município, quando se tratar de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, observando-se os demais requisitos da LGPD.
- c) a eventual dispensa da exigência do consentimento desobriga, de forma automática e integral, os agentes de tratamento de todas as demais obrigações previstas na LGPD, inclusive da observância dos princípios gerais.
- d) o tratamento posterior de dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo titular é vedado para novas finalidades, ainda que o novo tratamento preserve os direitos do titular e observe propósitos legítimos e específicos.
- e) o fornecimento do consentimento por escrito pelo titular em cláusula destacada das demais cláusulas contratuais confere ao controlador o direito definitivo e irrevogável de tratar os dados, vedada a revogação pelo titular.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

49. Helena e Gustavo celebraram contrato no qual estabeleceram validamente prazo decadencial para o exercício de determinado direito. Depois de transcorrido esse prazo, surgiu uma demanda judicial entre as partes. Gustavo, a quem a decadência aproveitava, somente a alegou no julgamento da apelação. O juiz de primeiro grau não havia reconhecido a decadência de ofício. De acordo com o Código Civil, nessa situação,

- a) Gustavo não poderá alegar a decadência na apelação, pois a decadência convencional, diferentemente da prescrição, somente pode ser arguida em primeiro grau de jurisdição.
- b) o juiz de primeiro grau deveria ter reconhecido a decadência de ofício, pois tanto a decadência legal quanto a convencional devem ser pronunciadas independentemente de alegação da parte interessada.
- c) o prazo estabelecido no contrato é inválido, pois apenas os prazos prescricionais podem ser alterados ou estabelecidos por acordo das partes.
- d) aplicam-se ao prazo decadencial convencional, salvo estipulação contratual em contrário, as mesmas normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- e) Gustavo poderá alegar a decadência convencional no julgamento da apelação, embora o juiz de primeiro grau não pudesse reconhecê-la de ofício.

50. Durante a realização de uma entrega, Bruno, empregado da Transportadora Horizonte, conduziu de forma imprudente o veículo da empresa e colidiu com a motocicleta de Carla, causando-lhe prejuízos materiais. O acidente ocorreu enquanto Bruno desempenhava normalmente suas funções. A transportadora demonstrou que selecionou e treinou adequadamente o empregado, não tendo agido com culpa. De acordo com o Código Civil,

- a) somente Bruno responde pelos prejuízos, pois a transportadora comprovou não ter agido com culpa na seleção e na fiscalização do empregado.
- b) a transportadora responde apenas subsidiariamente, caso Bruno não possua patrimônio suficiente para reparar os danos.
- c) A transportadora responde independentemente de culpa, assegurado a ela o direito de regresso contra o empregado.
- d) a transportadora responde exclusivamente pelos danos, sem direito de exigir de Bruno o valor que eventualmente pagar à vítima.
- e) a transportadora somente responderá se Carla demonstrar culpa direta de seus administradores na ocorrência do acidente.

51. De acordo com as disposições do Código Civil relativas às pessoas jurídicas, é correto afirmar que

- a) a existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa com a assinatura de seu ato constitutivo, ainda que ele não tenha sido levado ao respectivo registro.
- b) obrigam a pessoa jurídica os atos praticados pelos administradores, desde que exercidos dentro dos limites dos poderes definidos no ato constitutivo.
- c) se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz deverá nomear administrador provisório de ofício, independentemente de requerimento.
- d) a pessoa jurídica confunde-se com seus sócios ou administradores, salvo quando o ato constitutivo estabelecer expressamente a autonomia patrimonial.

- e) a proteção dos direitos da personalidade é exclusiva das pessoas naturais, não se aplicando, em nenhuma hipótese, às pessoas jurídicas.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

52. Durante uma auditoria fiscal em uma grande rede varejista em Fortaleza, o contribuinte Tício, inconformado com a lavratura de um auto de infração e a apreensão de livros mercantis, opõe-se à execução do ato legal mediante graves ameaças proferidas contra os Auditores Fiscais da Receita Estadual. Instaurada a ação penal pelo crime de resistência (art. 329 do CP), o exame médico-pericial constatou que o réu, em razão de perturbação de saúde mental existente à época do fato, não possuía, ao tempo da conduta, plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Diante desse quadro e das normas do Código Penal, Tício:

- a) será considerado inimputável e isento de pena, devendo o magistrado aplicar obrigatoriamente a internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
- b) terá sua pena reduzida obrigatoriamente de um sexto a um terço, dada a sua condição de semi-imputável reconhecida por critério puramente biológico.
- c) será considerado imputável para fins de condenação, mas a perturbação mental operará como atenuante genérica obrigatória na segunda fase da dosimetria da pena.
- d) será absolvido propriamente por ausência de dolo na conduta, não lhe sendo aplicada qualquer espécie de sanção penal.
- e) não será isento de pena, mas fará jus a uma causa de diminuição de um a dois terços, podendo o juiz substituir a pena imposta por medida de segurança.

53. Com base nas normas do Código Penal relativas ao concurso de pessoas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, tendo sido adotada, como regra, a teoria monista.
- b) Se a participação no delito for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço na terceira fase da dosimetria da pena.
- c) A participação inócua, que não influi de nenhuma forma na facilitação ou execução da conduta principal, não é considerada punível.
- d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal entre os agentes, salvo quando estas forem elementares do crime.
- e) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, exceto no caso de ter sido previsível o resultado mais grave.

54. O empresário Joaquim, retornando de uma feira de tecnologia em Miami, desembarcou no Aeroporto Internacional de Fortaleza trazendo consigo diversos notebooks, drones e componentes de hardware de última geração, todos de importação permitida no Brasil. Com o objetivo deliberado de iludir o pagamento dos tributos devidos pela entrada das mercadorias, que superavam amplamente a cota de isenção, Joaquim ocultou os produtos em compartimentos falsos de suas bagagens e atravessou a área de fiscalização alfandegária optando pelo canal de "nada a declarar".

Nesse cenário, e considerando a legislação penal e o entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Joaquim praticou o crime de:

- a) Contrabando, em sua forma simples, sendo admitida a aplicação do princípio da insignificância independentemente do valor do tributo iludido.

b) Contrabando, com a pena aplicada em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância por se tratar de crime contra a Administração Pública.

c) Descaminho, com a pena aplicada em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo, todavia, inviável a aplicação do princípio da insignificância em razão da majorante do transporte.

d) Descaminho, com a pena aplicada em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, não ultrapasse o patamar estabelecido pela Fazenda Nacional como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal.

e) Descaminho, com a pena aplicada em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total de mercado das mercadorias não ultrapasse R\$ 20.000,00.

DIREITO FINANCEIRO*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

55. A Lei Complementar nº 101/2000, ao disciplinar a transparência da gestão fiscal, buscou ampliar o controle social sobre a atuação financeira do Estado, impondo ao poder público deveres de divulgação ativa de informações orçamentárias e financeiras. Nesse contexto, um dos mecanismos expressamente previstos para assegurar tal transparência consiste na:

- a) divulgação restrita de relatórios resumidos aos órgãos de controle interno e externo, em periodicidade previamente fixada em regulamento.
- b) disponibilização de demonstrativos anuais consolidados ao Poder Legislativo, dispensada a divulgação contínua ao público em geral.
- c) liberação, em meio eletrônico de amplo acesso público, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em tempo real.
- d) publicação de dados fiscais apenas após homologação pelo respectivo tribunal de contas, como condição de validade da informação.
- e) remessa periódica de balancetes financeiros ao Poder Legislativo, independentemente de sua disponibilização à sociedade.

56. A observância das exigências de transparência previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal não possui caráter meramente formal, mas representa condição relevante para a regularidade da gestão fiscal. Assim, o descumprimento das regras relativas à divulgação de informações em tempo real e à adoção de sistema integrado de administração financeira e controle poderá acarretar, para o ente federativo infrator:

- a) a aplicação automática de multa administrativa pessoal ao chefe do Poder Executivo, independentemente de apuração específica.
- b) a vedação ao recebimento de transferências voluntárias, enquanto perdurar a irregularidade.
- c) a intervenção da União no ente inadimplente, por afronta direta ao princípio da publicidade administrativa.
- d) a nulidade de todos os atos de execução orçamentária praticados durante o período de omissão informacional.
- e) a responsabilização penal imediata da autoridade competente, independentemente da demonstração de dolo ou culpa.

Acerca do assunto Créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

57. Considere as seguintes situações verificadas no curso da execução orçamentária de determinado ente federativo:

- I. superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. excesso de arrecadação efetivamente verificado no exercício em curso;
- III. anulação parcial de dotações orçamentárias já existentes;
- IV. frustração da arrecadação estimada na Lei Orçamentária Anual;
- V. realização de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite o atendimento da despesa.

À luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, constituem recursos hábeis à abertura de créditos adicionais APENAS os indicados em

- a) I, II e III.
- b) I, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e V.
- e) II, IV e V.

58. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual, a Administração Pública constatou a necessidade de realizar despesa destinada à implantação de programa governamental não contemplado no orçamento vigente. Para viabilizar a medida, foi proposta a abertura do crédito adicional cabível, com indicação de recursos provenientes da anulação parcial de dotações já existentes.

Nessa situação, de acordo com a disciplina constitucional e com a Lei nº 4.320/1964, a abertura do crédito pretendido

- a) pode ser efetivada diretamente por decreto do Poder Executivo, desde que haja demonstração da necessidade administrativa e indicação da fonte de recursos.
- b) depende exclusivamente de autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo dispensável lei específica e suficiente a edição de ato do Executivo.
- c) exige autorização legislativa prévia e indicação dos recursos disponíveis, podendo sua abertura ser posteriormente formalizada por decreto do Poder Executivo.
- d) somente seria admissível se os recursos decorressem de excesso de arrecadação, sendo inviável o uso de dotações anuladas para essa finalidade.
- e) prescinde de autorização legislativa quando a despesa estiver vinculada à implementação de programa considerado prioritário pela Administração.

Acerca dos assuntos PPA, LDO e LOA, julgue o item que se segue.

59. Ao disciplinar o sistema de planejamento e orçamento, a Constituição Federal estabelece relação de coerência entre os diversos instrumentos de programação governamental. Nesse sentido, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais devem guardar compatibilidade com o instrumento que expressa, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

À luz do texto constitucional, esses planos e programas

- a) prevalecem sobre o Plano Plurianual, caso haja divergência entre seus objetivos e metas.
- b) devem ser elaborados em consonância com o Plano Plurianual.
- c) substituem o Plano Plurianual quando possuírem abrangência temática mais específica.
- d) vinculam diretamente a Lei Orçamentária Anual, ainda que não guardem aderência ao Plano Plurianual.
- e) independem de apreciação do Congresso Nacional, por possuírem natureza meramente administrativa.

Acerca do assunto Princípios Orçamentários, julgue os itens que se seguem.

60. Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), um parlamentar propôs incluir dispositivo que previa a reorganização estrutural de uma autarquia e a criação de um novo programa social. O Executivo manifestou-se contrariamente, sustentando que tais matérias extrapolavam o conteúdo orçamentário, enquanto o Legislativo defendeu tratar-se de emendas legítimas. O Tribunal de Contas, ao analisar o caso, considerou que a inclusão de dispositivos estranhos ao conteúdo orçamentário violava um princípio basilar que preserva a pureza e a especificidade da lei orçamentária.

Com base nesse contexto, o princípio orçamentário violado foi o da:

- a) Unidade, pois o orçamento deve expressar todas as ações governamentais em um único documento, sem fracionamento temático.
- b) Exclusividade, por vedar a inserção de normas que não se refiram à previsão da receita e à fixação da despesa, salvo as exceções constitucionais.
- c) Clareza, uma vez que a inclusão de matérias estranhas compromete a transparência e inteligibilidade das contas públicas.
- d) Legalidade, visto que somente lei complementar pode disciplinar a forma e o conteúdo do orçamento.
- e) Publicidade, pois a falta de distinção entre temas administrativos e orçamentários impede a adequada divulgação dos gastos.

61. Durante a análise das contas anuais da União, o Tribunal de Contas da União observou que a proposta orçamentária foi encaminhada de forma fragmentada: o orçamento fiscal, o da seguridade social e o de investimentos das empresas estatais dependentes tramitaram de maneira autônoma, sem que houvesse consolidação dos dados ou integração entre as previsões de receita e despesa.

O parecer técnico apontou que, embora cada orçamento possua natureza e destinação específicas, o conjunto deve expressar a unidade de propósitos governamentais, garantindo coerência entre os planos e a execução financeira do Estado.

À luz dos princípios orçamentários, a conduta descrita fere diretamente o princípio da:

- a) Unidade, que assegura que o orçamento, ainda que desdobrado em peças distintas, represente um sistema único, harmônico e integrado de planejamento e controle.
- b) Universalidade, que impõe a inclusão de todas as receitas e despesas públicas, independentemente de sua origem, em cada orçamento setorial.
- c) Clareza, que exige apresentação padronizada e inteligível dos demonstrativos orçamentários.
- d) Legalidade, que subordina a execução financeira à autorização legislativa.
- e) Equilíbrio, que determina a compatibilização entre receitas e despesas no exercício financeiro.

62. Em determinado exercício financeiro, o orçamento da União foi aprovado em três leis distintas: uma referente ao orçamento fiscal, outra ao orçamento da seguridade social e outra ao orçamento de investimentos das estatais dependentes. Posteriormente, o Tribunal de Contas da União destacou que a fragmentação do processo de aprovação contrariava o princípio que exige que todos os orçamentos componham um sistema único, harmônico e consolidado, mesmo que em peças distintas.

Esse princípio é o da:

- a) Unidade, que impõe a elaboração de um orçamento consolidado em termos políticos e econômicos.
- b) Universalidade, que exige que todas as receitas e despesas públicas estejam previstas no orçamento.
- c) Clareza, que determina a inteligibilidade das peças orçamentárias.
- d) Transparência, que assegura a publicidade e o controle social das contas públicas.
- e) Legalidade, que obriga a edição de leis específicas para cada categoria de orçamento.

- Empréstimos Bancários de Curto Prazo: R\$ 30.000,00
- Aplicações Financeiras de Curto Prazo: R\$ 50.000,00
- Realizável a Longo Prazo: R\$ 40.000,00
- Financiamentos de Longo Prazo: R\$ 120.000,00
- Provisões de Longo Prazo: R\$ 30.000,00
- Imobilizado: R\$ 60.000,00

A proporção do capital próprio que financia as operações da Horizonte Equipamentos Empresariais Ltda., em relação ao capital total, corresponde a:

- a) 20%
- b) 25%
- c) 30%
- d) 80%
- e) 100%

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardozo

63. A empresa Horizonte Equipamentos Empresariais Ltda., que atua na comercialização de equipamentos para escritórios, apresentou, em seu balanço patrimonial de 31/12/2025, as seguintes contas e respectivos saldos, que representam integralmente seus ativos e passivos:

- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 30.000,00
- Fornecedores: R\$ 35.000,00
- Clientes — Contas a Receber: R\$ 70.000,00
- Obrigações Trabalhistas e Fiscais: R\$ 25.000,00
- Estoques: R\$ 50.000,00

64. Considere as seguintes informações:

A empresa Móveis Prime S.A. fabrica móveis corporativos.

A empresa Escritório & Cia. adquiriu da empresa Móveis Prime S.A. vinte mesas para revendê-las.

A empresa Conecta Ltda. adquiriu da empresa Escritório & Cia. cinco mesas para utilizá-las em suas instalações administrativas.

A empresa Tecnologia Segura S.A. adquiriu uma licença de uso de software pelo prazo de oito anos.

A empresa InvestMais S.A. adquiriu ações da empresa Móveis Prime S.A. com a finalidade de negociá-las no curto prazo.

As mesas adquiridas pelas empresas Escritório & Cia. e Conecta Ltda., a licença de software adquirida pela empresa Tecnologia Segura S.A. e as ações adquiridas pela empresa InvestMais S.A. serão classificadas no Balanço Patrimonial das respectivas empresas no ativo:

- a) circulante, não circulante, não circulante e circulante.
- b) não circulante, circulante, não circulante e circulante.
- c) circulante, circulante, não circulante e não circulante.
- d) não circulante, não circulante, circulante e circulante.
- e) circulante, não circulante, circulante e não circulante

65. A empresa comercial Mercado Direto S.A. realizou as seguintes vendas durante o mês de dezembro de 2026:

Data da venda	Valor em Reais (R\$)	Data de vencimento
01/12/2026	R\$ 8.000.000,00	01/06/2028
15/12/2026	R\$ 1.600.000,00	À vista
27/12/2026	R\$ 2.000.000,00	À vista

A taxa de juros praticada pela empresa para as vendas a prazo, em dezembro de 2026, era de 2,0% ao mês, sendo que a taxa equivalente para o período de 01/12/2026 a 01/06/2028 era 25%

Em relação às vendas efetuadas em dezembro de 2026, a empresa reconheceu na Demonstração do Resultado do exercício:

- a) receita de vendas de R\$ 10.000.000,00 e receita financeira de R\$ 1.600.000,00.
- b) receita de vendas de R\$ 9.600.000,00 e receita financeira de R\$ 2.000.000,00.
- c) receita de vendas de R\$ 11.600.000,00, apenas.
- d) receita de vendas de R\$ 10.000.000,00, apenas.
- e) receita de vendas de R\$ 10.000.000,00 e receita financeira de R\$ 128.000,00

66. A empresa Tecnologia Industrial S.A. adquiriu, em 01/04/2023, uma licença de uso de software destinada ao gerenciamento de sua linha de produção pelo prazo de seis anos. A licença era comercializada pelo valor de R\$ 180.000,00, mas a empresa obteve desconto comercial de R\$ 12.000,00.

Para colocar o software em condições de funcionamento, a entidade incorreu nos seguintes gastos adicionais:

- impostos de importação no valor de R\$ 18.000,00;
- honorários de profissionais responsáveis pela integração do software aos sistemas já utilizados pela empresa, no valor de R\$ 14.000,00;
- gastos com treinamento dos empregados que utilizariam o software, no valor de R\$ 9.000,00.

Em 31/03/2025, em razão do lançamento de um software mais moderno, a empresa realizou teste de recuperabilidade. Nessa data, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados com o uso do ativo era de R\$ 118.000,00, enquanto seu valor justo era de R\$ 126.000,00. As despesas estimadas para a venda seriam de R\$ 8.000,00.

A empresa utiliza o método linear de amortização e considera inexistente o valor residual do ativo.

Com base na NBC TG 04 — Ativo Intangível, o reconhecimento inicial da licença de uso do software no Balanço Patrimonial da Tecnologia Industrial S.A., em 01/04/2023, foi realizado pelo valor de:

- a) R\$ 168.000,00
- b) R\$ 209.000,00
- c) R\$ 212.000,00
- d) R\$ 200.000,00
- e) R\$ 221.000,00

67. Com base no CPC 00 (R2) — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica qualitativa da informação financeira útil e sua respectiva definição.

- a) Materialidade é uma característica qualitativa fundamental autônoma, para a qual pode ser estabelecido um limite quantitativo uniforme aplicável a todas as entidades.
- b) Representação fidedigna significa que a informação financeira deve ser perfeitamente precisa em todos os aspectos, não sendo admitida a utilização de estimativas.
- c) Prudência consiste na adoção de critérios sistematicamente mais rigorosos para o reconhecimento de ativos e receitas do que para o reconhecimento de passivos e despesas.
- d) Capacidade de verificação pode ocorrer de forma direta ou indireta, sendo a verificação indireta realizada mediante a conferência dos dados de entrada e o recálculo dos resultados com a utilização da mesma metodologia.
- e) Comparabilidade corresponde à uniformidade das informações, de modo que fenômenos econômicos diferentes devem ser apresentados de forma semelhante quando submetidos aos mesmos métodos contábeis.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

68. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da

a) tempestividade é atendida quando a informação permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

b) relevância é atendida quando a informação é capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, o que ocorre quando ela possui valor confirmatório, valor preditivo ou ambos.

c) compreensibilidade é atendida quando dois observadores esclarecidos e independentes chegam ao consenso geral de que a informação representa os fenômenos econômicos que pretende representar sem erro ou viés material.

d) representação fidedigna é atendida quando a informação está disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para a prestação de contas e tomada de decisão.

e) comparabilidade é atendida quando a informação retrata os fenômenos de maneira completa, neutra e livre de erro material.

69. Uma autarquia estadual adquiriu um equipamento hospitalar e incorreu nos seguintes gastos:

- Preço de compra constante da nota fiscal: R\$ 80.000, já incluídos tributos recuperáveis de R\$ 8.000, passíveis de compensação;

- Frete e seguro para transporte do equipamento até o local de instalação: R\$ 4.000;

- Custos de instalação e montagem: R\$ 3.000;

- Treinamento dos servidores que irão operar o equipamento: R\$ 5.000;

- Custos administrativos gerais do setor de compras: R\$ 2.000.

O valor mensurado no reconhecimento inicial do ativo imobilizado, de acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, é, em R\$,

a) 79.000.

b) 87.000.

c) 84.000.

d) 94.000.

e) 89.000.

70. No encerramento do exercício de 2025, o contador de uma fundação pública estadual procedeu ao teste de redução ao valor recuperável de um imóvel administrativo, classificado como ativo não gerador de caixa. Imediatamente antes do teste, foram levantadas as seguintes informações, exclusivas do imóvel analisado:

- Valor contábil bruto: R\$ 400.000

- Depreciação acumulada: R\$ 120.000

- Redução ao valor recuperável acumulada: R\$ 30.000

- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 244.000

- Valor em uso: R\$ 238.000

Com base na NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, após o teste, o contador

a) não precisará reconhecer perda por redução ao valor recuperável.

b) deverá reconhecer a perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 12.000.

c) deverá reconhecer a perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 6.000.

d) deverá reconhecer a perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 36.000.

e) deverá reverter a perda anteriormente reconhecida, no valor de R\$ 30.000.

71. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, devem-se utilizar contas contábeis, a débito e a crédito respectivamente, de classes

- a) 1 e 4 para a apropriação mensal da depreciação de bens móveis.
- b) 3 e 2 para o reconhecimento de provisão para riscos trabalhistas.
- c) 3 e 2 para o recebimento de depósitos de caução em dinheiro, em garantia de execução contratual.
- d) 1 e 4 para o consumo de materiais que estavam registrados em estoque.
- e) 5 e 6 para a assinatura de contrato de prestação de serviços com particular.

72. Considere as transações a seguir, realizadas pelo Município Audazes dos Pampas no exercício de 2025:

Descrição	Empenho	Liquidação	Pagamento
Aquisição de merenda escolar	R\$ 120.000	R\$ 120.000	R\$ 100.000
Construção de uma creche municipal	R\$ 500.000	R\$ 200.000	R\$ 150.000
Amortização do principal da dívida contratual	R\$ 60.000	R\$ 60.000	R\$ 60.000
Salários dos servidores públicos	R\$ 300.000	R\$ 300.000	R\$ 280.000
Serviços de limpeza predial	R\$ 90.000	R\$ 45.000	R\$ 45.000

Com base na Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro referente a esse exercício evidenciou

- a) R\$ 635.000 de despesa orçamentária, apenas.
- b) R\$ 1.070.000 de despesa orçamentária e R\$ 435.000 de receita extraorçamentária.
- c) R\$ 1.070.000 de despesa extraorçamentária, apenas.
- d) R\$ 725.000 de despesa orçamentária e R\$ 435.000 de despesa extraorçamentária.
- e) R\$ 435.000 de receita orçamentária, apenas.

AUDITORIA

Guilherme Sant'Anna

73. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Delta S.A., o auditor independente avaliou seus objetivos gerais, o alcance da segurança obtida e as limitações inerentes ao trabalho de auditoria, conforme a NBC TA 200 (R1). Considere:

- I. O objetivo do auditor é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
- II. A segurança razoável corresponde a nível absoluto de segurança, alcançado quando o auditor executa todos os procedimentos previstos no planejamento inicial.
- III. O auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, mas não o eliminar integralmente.
- IV. A opinião do auditor não assegura a viabilidade futura da entidade nem a eficiência ou eficácia com que a administração conduziu seus negócios.
- V. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis é transferida ao auditor quando este emite opinião sem modificação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II e V.
- d) II, IV e V.
- e) I, II, III, IV e V.

74. No planejamento da auditoria das demonstrações contábeis da sociedade empresária Alfa Ltda., o auditor independente definiu a estratégia global do trabalho, avaliou riscos preliminares, considerou a materialidade e elaborou programa de auditoria. À luz das NBC TA, considere:

- I. O planejamento da auditoria é um processo contínuo e iterativo, que pode ser ajustado ao longo da execução do trabalho.
- II. A estratégia global de auditoria e o plano de auditoria são instrumentos relacionados, mas não se confundem integralmente.
- III. Uma vez definidos os procedimentos substantivos no planejamento, sua natureza, época e extensão não podem ser alteradas, sob pena de comprometer a comparabilidade da auditoria.
- IV. A avaliação de riscos de distorção relevante influencia a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- V. A existência de auditoria interna formalmente estruturada dispensa o auditor independente de obter entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e V.
- e) IV e V.

75. Durante a revisão da documentação de auditoria de uma entidade industrial, verificou-se que determinados julgamentos relevantes sobre estimativas contábeis haviam sido registrados de forma incompleta. A respeito da documentação de auditoria, conforme a NBC TA 230 (R1), considere:

- I. A documentação de auditoria deve ser suficiente para permitir que auditor experiente, sem envolvimento anterior no trabalho, compreenda a natureza, época e extensão dos procedimentos executados, os resultados obtidos e as conclusões alcançadas.
- II. Explicações verbais prestadas posteriormente pela equipe de auditoria podem substituir a documentação formal ausente, desde que coerentes com a opinião emitida.
- III. A montagem final do arquivo de auditoria deve ser concluída tempestivamente após a data do relatório do auditor.
- IV. Após a montagem final do arquivo, é vedada qualquer alteração administrativa, ainda que destinada apenas à organização ou indexação de papéis de trabalho.
- V. A documentação de auditoria tem por finalidade comprovar a execução de testes substantivos, não abrangendo decisões relevantes de planejamento ou julgamentos profissionais significativos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I, II e V.
- c) I e III.
- d) III, IV e V.
- e) I, III e V.

76. O auditor independente da sociedade Gama S.A. avaliou os componentes do risco de auditoria e sua relação com os riscos de distorção relevante e com o risco de detecção. De acordo com a NBC TA 200 (R1), considere:

- I. O risco inerente corresponde à suscetibilidade de uma afirmação a distorção relevante antes da consideração de quaisquer controles relacionados.
- II. O risco de controle é o risco de que uma distorção relevante não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- III. O risco de detecção relaciona-se à possibilidade de os procedimentos executados pelo auditor não detectarem distorção existente que possa ser relevante.
- IV. O risco de auditoria é o risco de o auditor expressar opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- V. Quanto maior o risco de distorção relevante avaliado, menor deverá ser o risco de detecção aceitável, exigindo evidência de auditoria mais persuasiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e V, apenas.
- c) I, III, IV e V, apenas.
- d) I, II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

77. Ao estabelecer a materialidade para a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Ômega S.A., o auditor considerou usuários das demonstrações, natureza das contas, riscos identificados e distorções acumuladas no curso dos trabalhos. Nos termos da NBC TA 320 (R1), considere:

- I. A materialidade envolve julgamento profissional e pode ser influenciada tanto pela magnitude quanto pela natureza das distorções.
- II. A materialidade de desempenho é definida para reduzir a probabilidade de que distorções não corrigidas e não detectadas excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- III. A materialidade determinada no planejamento não pode ser revisada posteriormente, pois sua alteração comprometeria a independência do auditor.
- IV. Distorções individualmente pequenas podem, em conjunto, tornar-se relevantes para as demonstrações contábeis.
- V. A materialidade é utilizada na fase de formação da opinião, sendo incompatível com a avaliação de riscos e com o planejamento dos procedimentos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) II, III e V.
- c) I, III e IV.
- d) I, II, III e V.
- e) IV e V.

78. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da sociedade Sigma S.A., o auditor avaliou a suficiência e a adequação das evidências obtidas por meio de inspeção documental, confirmação externa, recálculo, observação, indagação e procedimentos analíticos. Com base na NBC TA 500 (R1), considere:

- I. A suficiência da evidência de auditoria está relacionada à sua quantidade, isto é, à sua relevância e confiabilidade.
- II. A adequação da evidência de auditoria está relacionada à sua qualidade.
- III. Evidências geradas internamente pela entidade, devido à falta de objetividade da fonte geradora da informação, são inservíveis.
- IV. A indagação, isoladamente, geralmente não fornece evidência suficiente e apropriada da ausência de distorção relevante no nível da afirmação.
- V. A obtenção de grande quantidade de evidência compensa a baixa confiabilidade ou a baixa relevância da evidência coletada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, IV e V.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV.

79. O auditor independente utilizou amostragem para testar controles sobre aprovações de pagamentos e para executar testes substantivos em saldos de fornecedores. Nos termos da NBC TA 530, considere:

- I. Amostragem de auditoria consiste na aplicação de procedimentos a menos de 100% dos itens de uma população relevante, de modo que todas as unidades de amostragem tenham chance de seleção equivalente.
- II. O risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor com base na amostra seja diferente daquela que seria obtida se toda a população fosse submetida ao mesmo procedimento.
- III. A amostragem estatística exige seleção aleatória dos itens da amostra e uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados.
- IV. Quanto maior a distorção tolerável definida pelo auditor, maior tende a ser o tamanho da amostra necessária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

80. Ao concluir a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Zeta S.A., o auditor avaliou as distorções não corrigidas, as limitações na obtenção de evidência e a necessidade de modificar ou não sua opinião. Considerando as NBC TA 700, 705 e 706, considere:

- I. A opinião sem modificação é emitida quando o auditor conclui que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. A opinião com ressalva pode ser apropriada quando há distorção relevante, mas não generalizada, nas demonstrações contábeis.
- III. A opinião adversa é apropriada quando as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
- IV. A abstenção de opinião pode ser apropriada quando o auditor não consegue obter evidência apropriada e suficiente e os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes e generalizados.
- V. O parágrafo de ênfase modifica a opinião do auditor, pois ressalta assunto relevante apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e V.
- b) II, III e V.
- c) I, III, IV e V.
- d) I, II, III e V.
- e) I, II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

81. Considerando o regime jurídico das competências residuais e extraordinárias outorgadas pela Constituição Federal de 1988 à União, assinale a afirmativa correta:
- a) Os Impostos Extraordinários de Guerra (IEG) podem ser instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, de forma concorrente, na iminência ou no caso de conflito bélico externo.
 - b) A instituição de impostos federais mediante o exercício da competência residual exige a edição de Medida Provisória e obriga o repasse de 50% da receita arrecadada aos Municípios de origem.
 - c) Compete à União instituir, em Território Federal não dividido em Municípios, os impostos de competência estadual e, cumulativamente, os impostos municipais.
 - d) O Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) qualifica-se como imposto de competência residual federal, devendo sua estrutura ser desenhada por lei ordinária da União.
 - e) Os impostos instituídos no exercício da competência residual podem apresentar contornos cumulativos e bases de cálculo idênticas às de impostos já discriminados na CF/88.

82. A dinâmica do federalismo fiscal brasileiro diferencia os institutos da competência tributária e da capacidade tributária ativa. À luz das diretrizes do CTN, assinale a afirmativa correta:

- a) A capacidade tributária ativa, por compreender as funções essenciais de arrecadar e fiscalizar tributos, é qualificada por lei como indelegável.
- b) Caso a receita de determinado tributo seja distribuída constitucionalmente a outro ente federado, a competência legislativa para sua modificação desloca-se automaticamente para o ente beneficiário do repasse.
- c) O cometimento do encargo ou da função material de arrecadar tributos a pessoas jurídicas de direito privado desnatura a competência tributária, configurando delegação ilícita.
- d) A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- e) A revogação da delegação de capacidade tributária ativa por parte do ente político originário exige a concordância expressa do ente delegado.

83. O ato do lançamento confere exigibilidade à obrigação tributária originária. Sobre as regras gerais do lançamento estipuladas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Compete concorrentemente ao sujeito passivo e à autoridade administrativa constituir o crédito tributário por meio do lançamento fiscal.
- b) O ato do lançamento possui natureza jurídica puramente discricionária, permitindo que a autoridade fiscal mensure a oportunidade política da autuação.
- c) A entrega de declaração reconhecendo débito fiscal por parte do contribuinte constitui em definitivo o crédito tributário, restando dispensada nova atividade formal de lançamento pelo Fisco.
- d) O lançamento rege-se imperativamente pela legislação vigente na data em que se promove a sua lavratura, ainda que posterior ao fato gerador.

e) Erros de direito cometidos pela autoridade administrativa na fundamentação jurídica de lançamentos anteriores autorizam a revisão do ato a qualquer tempo com efeitos retroativos.

84. A moratória atua como causa suspensiva da exigibilidade do crédito fiscal. No que tange às regras de outorga e revogação da moratória no CTN, analise as afirmativas:

- I - A moratória outorgada sob a modalidade de caráter geral exige, caso a caso, a emissão de despacho homologatório individual por parte da autoridade fiscal competente para produzir efeitos.
- II - O benefício da moratória não beneficia o sujeito passivo em casos de dolo, fraude ou simulação.
- III - A concessão da moratória sob a modalidade de caráter individual não gera direito adquirido ao beneficiário, devendo ser revogada de ofício caso se comprove o descumprimento superveniente das condições legais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

85. A Emenda Constitucional nº 132/2023 introduziu modificações profundas na ordem tributária econômica nacional. Nos termos do texto constitucional vigente, o Sistema Tributário Nacional deve pautar-se pela observância de diversos princípios expressos, **EXCETO** o da:

- a) Simplicidade.
- b) Transparência.
- c) Justiça tributária.
- d) Defesa do meio ambiente.
- e) Economicidade.

86. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, segundo a previsão Constitucional, assinale a alternativa incorreta:

- a) terá legislação única e uniforme em todo o território nacional.
- b) será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses previstas nesta Constituição.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.
- e) Qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação do imposto deverá ser compensada pela elevação ou redução, por Lei Complementar, das alíquotas de referência.

87. Considere uma transação comercial na qual o adquirente realiza pagamentos parciais antecipados por um fornecimento de mercadorias cuja entrega física ocorrerá em data futura. À luz das regras instituídas pela Lei Complementar nº 214/2025, na hipótese de adiantamentos efetuados antes do fornecimento do bem ou serviço, a exigência do IBS e da CBS dar-se-á da seguinte forma:

- a) As antecipações serão devidas integralmente na primeira parcela, tomando por base o valor total do contrato e aplicando-se as alíquotas vigentes na data da entrega final.
- b) Serão exigidas antecipações dos tributos na data do pagamento de cada parcela, calculadas sobre o valor de cada fração paga e aplicando-se as alíquotas vigentes e aplicáveis à operação na data da emissão do documento fiscal eletrônico que

corresponda ao pagamento ou na data do pagamento, o que ocorrer primeiro.

- c) O montante antecipado gerará créditos imediatos para o fornecedor na escrituração fiscal, postergando-se os débitos para a data da entrega.
- d) Inexiste qualquer exigência de antecipação tributária, permanecendo a cobrança do IBS e da CBS suspensa até o efetivo fornecimento material do bem.
- e) Os valores adiantados serão desconsiderados pelo Fisco, operando-se o fato gerador exclusivamente sobre o saldo remanescente na conclusão do negócio.

88. Uma clínica de fisioterapia promove a prestação de serviços de teleconsultas e acompanhamento à distância por meio de plataformas digitais de videoconferência para pacientes localizados em diferentes Estados do país. A atividade possui natureza onerosa. Nos termos da disciplina de local da operação fixada pela Lei Complementar nº 214/2025 para fins de determinação dos sujeitos ativos do IBS e da CBS, o local da referida prestação será:

- a) O estabelecimento do prestador do serviço, local onde se concentram as atividades intelectuais e operacionais da clínica.
- b) O local da prestação física, considerado aquele em que o profissional fisioterapeuta se encontra no momento da transmissão digital.
- c) O local de hospedagem do servidor de internet no qual a plataforma digital está alocada.
- d) O local do domicílio principal do adquirente do serviço, tendo em vista tratar-se de serviço prestado à distância sobre pessoa física.
- e) O ponto de início da conexão de rede estabelecida para a transmissão de dados.

89. Em relação ao IBS e da CBS, a Constituição Federal afirma que eles seguem as mesmas regras para:

- a) fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e alíquotas.
- b) imunidades e isenções.
- c) regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação.
- d) regras de não cumulatividade e alíquotas.
- e) bases de cálculo, hipóteses de não incidência e destinação do produto da arrecadação.

90. Em relação ao IPVA, conforme previsão Constitucional, analise os itens a seguir:

- I-) Não incidirá sobre aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- II-) Não incidirá sobre veículos terrestres de passageiros, caminhonetes e mistos com 20 (vinte) anos ou mais de fabricação, inclusive micro-ônibus e ônibus.
- III-) Poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da nacionalidade e do impacto ambiental.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

91. Conforme prevê a LC 214/25, qual o local se considera ocorrida a operação com bem material, no caso de leilão judicial?

- a) No local em que se localiza o arrematante.
- b) No local onde se encontra o bem móvel material.
- c) No local em que o bem foi apreendido.
- d) No local em que se realiza o leilão judicial.
- e) No local de domicílio do adquirente.

92. Determinada Sociedade de Economia Mista subnacional, incumbida da prestação exclusiva de serviço público essencial de saneamento básico, atua em ambiente de monopólio natural, não distribui lucros ou dividendos a acionistas de natureza privada e reinveste integralmente o seu superávit na expansão da infraestrutura rede operacional. Ao pleitear o reconhecimento da imunidade recíproca quanto ao IPTU de seus imóveis, teve o seu requerimento indeferido pelo Fisco sob o argumento de que a entidade exige o pagamento de tarifas (preços públicos) de seus usuários.

Diante do cenário fático narrado e do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta:

- a) O indeferimento administrativo é legítimo, uma vez que a exigência de contraprestação tarifária afasta a natureza puramente estatal da atividade e descaracteriza o benefício constitucional.
- b) O caráter societário e a presença de capital privado na estrutura das sociedades de economia mista impedem, em qualquer hipótese, a extensão da imunidade recíproca.
- c) Para fins de avaliação do alcance da imunidade recíproca, revela-se juridicamente irrelevante o fato de a entidade promover ou não a distribuição de lucros a particulares.
- d) O Fisco agiu de forma incorreta ao negar o pleito, visto que a entidade atende aos requisitos para gozar da imunidade recíproca, revelando-se inidônea a fundamentação baseada na mera cobrança de tarifas dos usuários.
- e) A natureza pública do capital social inicial confere a todas as sociedades de economia mista, de forma automática e irrestrita, o direito à imunidade recíproca.

93. Uma autarquia estadual detentora de uma expressiva frota de veículos automotores celebrou contrato de cessão de uso onerosa com a sociedade empresária "Transportes Rápidos Ltda.", que utiliza tais veículos para a execução de atividade logística privada com escopo lucrativo. Os valores arrecadados com a cessão são integralmente vertidos para as atividades estatutárias da referida autarquia. Diante das regras constitucionais de imunidade e do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta a respeito da incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):

- a) O IPVA não é devido, tendo em vista que a imunidade recíproca conferida às autarquias possui caráter absoluto e protege o patrimônio independentemente do terceiro que o detenha.
- b) A cobrança do IPVA é vedada porque as receitas financeiras da cessão são aplicadas nas finalidades institucionais da autarquia, mantendo íntegro o manto da imunidade.
- c) O imposto estadual incide de forma regular sobre os veículos, figurando a sociedade empresária cessionária/particular na condição de sujeito passivo da obrigação tributária.
- d) A autarquia estadual deve figurar como contribuinte do imposto, uma vez que contratos de cessão de uso não possuem o condão de deslocar a sujeição passiva originária.
- e) O IPVA é indevido por se configurar hipótese de isenção heterônoma automática expressa no texto da Constituição Federal.

94. A respeito das normas do Código Tributário Nacional (CTN) que regem os institutos da capacidade tributária passiva e os efeitos da solidariedade, analise as proposições:

- I - No âmbito da solidariedade tributária, salvo disposição legal em contrário, o pagamento integral efetuado por um dos obrigados aproveita e exonera os demais.

II - Desde que haja expressa previsão em lei em sentido contrário, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser validamente opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo.

III - A capacidade tributária passiva depende diretamente da higidez e da capacidade civil das pessoas naturais, restando prejudicada caso a capacidade mental do sujeito passivo esteja totalmente comprometida.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) III.

95. Em relação ao Comitê Gestor do IBS - CGIBS, conforme prevê a CF/88, analise os itens a seguir:

- I-) Tem por competência administrativa decidir o contencioso administrativo do IBS.
- II-) O controle externo do Comitê Gestor será exercido pelo Tribunal de Contas da União.
- III-) O Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços deverá ser um representante do grupo dos Estados e do Distrito Federal.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

96. A sociedade comercial "ABCXY Ltda." constatou a ocorrência do fato gerador do ICMS sobre seus produtos no dia 05/05/2026, fixando-se o prazo limite para recolhimento regular em 10/06/2026. No dia 12/06/2026, a empresa apresentou declaração formal perante o Estado reconhecendo o débito integral de ICMS no montante de R\$ 400.000,00, oportunidade na qual efetuou o pagamento parcial de R\$ 280.000,00.

Considerando as regras de constituição do crédito e os institutos da decadência e da prescrição, assinale a afirmativa correta quanto à diferença não paga (R\$ 120.000,00):

- a) O Fisco dispõe de prazo decadencial para efetuar o lançamento de ofício da referida diferença, contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado.
- b) O Fisco submete-se a prazo decadencial para constituir a diferença de R\$ 120.000,00, cujo termo inicial flui a contar da data de ocorrência do fato gerador da obrigação.
- c) Opera-se o prazo prescricional para que a Fazenda Pública promova a cobrança judicial do saldo de R\$ 120.000,00, cujo termo inicial conta-se a partir da data de entrega da declaração pelo sujeito passivo.
- d) A entrega da declaração total obsta a fluência tanto da prescrição quanto da decadência, permanecendo a diferença sob mero aguardo de ato administrativo homologatório.
- e) O prazo para cobrança da referida diferença prescreve em 5 anos contados a partir da data de vencimento original do tributo, independentemente do momento da entrega da declaração.

97. Conforme prevê a Lei Complementar 214/25, analise os itens a seguir:

- I-) Considera-se operações com bens todas e quaisquer que envolvam bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, inclusive direitos.
- II-) Considera-se adquirente aquele a quem for fornecido o bem ou serviço, podendo ser o próprio destinatário ou não.
- III-) Incluem-se no conceito de fornecedor as entidades sem personalidade jurídica, incluindo sociedade em comum, sociedade em conta de participação, consórcio, condomínio e fundo de investimento.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

98 A atividade de fiscalização tributária confere prerrogativas amplas à Administração Pública para a correta aplicação das leis. Nos termos das normas gerais dispostas no CTN e do entendimento jurisprudencial sumulado, julgue as assertivas a seguir:

I - Estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais pertencentes ao sujeito passivo, inclusive aqueles que não se qualifiquem como de escrituração obrigatória, restando o exame limitado aos pontos que guardem pertinência com o objeto da investigação.

II - As normas que regulam a fiscalização tributária aplicam-se de forma indistinta a todas as pessoas naturais ou jurídicas, independentemente de ostentarem a condição de contribuintes, alcançando inclusive as entidades que gozem de isenção pessoal ou imunidade constitucional.

III - Mediante intimação que poderá ser formalizada de forma escrita ou verbal, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício são obrigados a prestar à autoridade administrativa as informações de que disponham sobre bens e negócios de terceiros.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) II.

99. A correta mensuração da base de cálculo do IBS e da CBS demanda a exclusão de grandezas econômicas expressamente vedadas pela lei geral de regência. À luz dos preceitos da Lei Complementar nº 214/2025, assinale a opção que indica um valor que NÃO integra a base de cálculo dos referidos tributos:

a) Juros, multas e encargos financeiros cobrados diretamente pelo fornecedor na operação.

b) O valor do frete e transporte quando executado pelo próprio fornecedor ou por sua conta e ordem.

c) Os reembolsos recebidos por valores pagos relativos a operações por conta e ordem ou em nome de terceiros, desde que a documentação fiscal relativa a essas operações seja emitida em nome do terceiro.

d) Os descontos comerciais outorgados ao adquirente sob condição.

e) Os tributos e preços públicos incidentes sobre a operação, salvo as exceções expressamente taxadas na lei.

100. Conforme prevê a LC 214/25, como regra, em que momento se considera ocorrido o Fato Gerador do IBS e da CBS, no caso de licitação promovida pelo poder público de bem apreendido ou abandonado?

- a) No momento da apreensão.
- b) No momento da liberação da mercadoria.
- c) No momento em que se realiza a licitação.
- d) No momento da aquisição do bem.
- e) No momento da entrega do bem.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA*Eduardo da Rocha*

101. O senhor Marcos, que possui deficiência física, adquiriu no ano passado um veículo automotor devidamente adaptado para o seu uso pessoal. Neste ano, ele comprou um segundo veículo também adaptado para a sua condição, visando utilizá-lo nos finais de semana. Além disso, Marcos possui registrados em seu nome uma motocicleta de 45 cilindradas e um carro de passeio antigo com dezesseis anos de fabricação. Considerando as regras de isenção previstas na lei estadual do IPVA (Lei n.º 12.023/1992), assinale a alternativa que indica corretamente a situação de Marcos:

- a) A isenção por deficiência física abrange todos os veículos adaptados de propriedade do beneficiário, garantindo a desoneração dos dois automóveis, da motocicleta e do veículo antigo.
- b) A motocicleta de 45 cilindradas será tributada normalmente, pois a isenção para veículos de duas rodas exige que eles possuam potência superior a 50 cilindradas.
- c) O carro de passeio com dezesseis anos de fabricação não gozará de isenção, visto que a dispensa do imposto por tempo de fabricação se aplica exclusivamente aos veículos de carga.
- d) Marcos gozará de isenção para apenas um de seus veículos adaptados, bem como para a motocicleta de 45 cilindradas e para o carro de passeio de dezesseis anos de fabricação.
- e) Marcos deverá recolher o imposto relativo à motocicleta e ao veículo antigo, pois a concessão de isenção por deficiência física anula o direito de fruição de quaisquer outras isenções sobre os demais veículos do proprietário.

102. No que tange à definição de responsabilidades, alíquotas e à apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale a alternativa correta à luz da respectiva legislação estadual de regência (Lei n.º 12.023/1992):

- a) A responsabilidade solidária atribuída ao adquirente de veículo cujo imposto de exercícios anteriores não foi pago exige que o Fisco estadual efetue a cobrança primeiramente do antigo proprietário, respeitando o benefício de ordem.
- b) A base de cálculo do imposto para os veículos usados será o valor constante do documento fiscal de aquisição original do bem, atualizado anualmente por índices federais de inflação.
- c) A alíquota aplicável a aeronaves é de 3,5%.
- d) O estabelecimento vendedor, inclusive concessionário, que entregar um veículo ao consumidor final sem o devido emplacamento e sem o recolhimento do IPVA responderá pelo respectivo débito de forma subsidiária.
- e) O servidor público que autorizar a transferência de um veículo automotor de qualquer espécie sem a prova do respectivo pagamento do imposto vencido será responsabilizado de forma solidária pelo pagamento do tributo e seus acréscimos incidentes.

103. Com base nas disposições da lei que rege o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), analise as afirmativas abaixo a respeito da ocorrência do fato gerador:

- I. Tratando-se de veículo de procedência estrangeira importado diretamente por consumidor final, a ocorrência do fato gerador para efeito da primeira tributação se dá na data do desembarço aduaneiro.
- II. Em relação aos veículos novos adquiridos por consumidor final no mercado interno, a legislação estadual estabelece que o imposto será devido apenas a partir do dia primeiro de janeiro do exercício seguinte ao da sua aquisição.
- III. Ocorre o fato gerador do imposto no exato momento da perda da condição que fundamentava a isenção ou não incidência.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa III está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

104. A Comercial de Alimentos Estrela D Alva Ltda., sediada no Ceará, possui uma frota de caminhões para realizar as entregas de suas vendas. Para suprir a alta demanda de final de ano, a empresa alugou um caminhão adicional por um período de sessenta dias, mediante contrato escrito com todas as formalidades exigidas, e o utilizou exclusivamente para realizar a entrega de suas próprias mercadorias aos clientes dentro do Estado. Além disso, a empresa cedeu gratuitamente, na modalidade de comodato, alguns freezers para que seus principais clientes varejistas armazenassem os produtos adquiridos. Considerando a situação hipotética e as regras de incidência do ICMS na legislação cearense, assinale a alternativa correta:

- a) A cessão dos freezers em comodato configura fato gerador do ICMS, pois há circulação física do bem, mas o transporte realizado no caminhão locado é imune ao imposto estadual.
- b) O transporte das mercadorias no caminhão locado sujeita-se ao ICMS, visto que a não incidência sobre serviço de transporte de carga própria exige que o veículo esteja devidamente registrado no nome da própria empresa remetente.
- c) Não há incidência do ICMS sobre a operação de remessa dos freezers em comodato, bem como não incide o imposto sobre a prestação de serviço de transporte com o caminhão locado, desde que acompanhada da devida nota fiscal com a expressão "transporte de carga própria".
- d) Ambas as operações narradas são tributadas, pois o comodato transfere a posse do bem a terceiro com intuito comercial, e o transporte executado por veículo de propriedade de terceiros descaracteriza legalmente a carga própria.
- e) O imposto incide sobre a operação de comodato dos freezers de forma estritamente proporcional ao tempo de cessão, e o transporte no caminhão locado fica sujeito ao ICMS apenas se o frete for cobrado em separado do cliente na nota fiscal.

105. A determinação do exato momento da ocorrência do fato gerador do ICMS é fundamental para o correto cumprimento das obrigações tributárias e a devida aplicação da legislação no tempo. Com base na Lei 18.665/23, analise as afirmativas abaixo relativas à ocorrência do fato gerador:

- I. Não se considera ocorrido o fato gerador do imposto na saída de mercadoria de estabelecimento para outro de mesma titularidade, mantendo-se o crédito relativo às operações e prestações anteriores em favor do contribuinte.
- II. Considera-se saída do estabelecimento do importador, do arrematante ou do adquirente em licitação promovida pelo Poder Público, no Ceará, a mercadoria saída de repartição aduaneira com destino a estabelecimento diverso daquele que a tenha importado, arrematado ou adquirido.
- III. Na hipótese de prestação de serviço de transporte interestadual em que o tomador não seja contribuinte do imposto domiciliado ou estabelecido no Ceará, e não estando a prestação vinculada a operação subsequente, o fato gerador ocorre no ato final da referida prestação do serviço.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

106. A Secretaria da Fazenda busca estruturar o Programa de Educação Fiscal do Estado do Ceará (PEF/CE) de forma organizada, dividindo sua implementação em eixos estratégicos de atuação para viabilizar o seu funcionamento e a sua manutenção. De acordo com o Decreto 33.325/2019, que regulamenta o referido programa, a sua implementação deverá ocorrer estruturada exatamente nas seguintes dimensões:

- a) pedagógica, interfederativa e fiscalizadora.

- b) educacional, financeira e punitiva.
- c) institucional, financeira e integradora.
- d) tecnológica, logística e humana.
- e) institucional, operacional e arrecadatória.

107. A Indústria Rapadura Doce Ltda., sediada no Estado do Ceará e regularmente inscrita no cadastro de contribuintes, adquiriu, em determinado mês, os seguintes itens em operações internas: uma máquina empacotadora para integrar o seu ativo imobilizado; diversos materiais de escritório e de limpeza destinados exclusivamente ao uso e consumo do setor administrativo; e energia elétrica, a qual foi parte consumida na área administrativa da empresa e parte no funcionamento das máquinas no parque industrial. Considerando as regras de não cumulatividade e creditamento do imposto previstas na legislação estadual, assinale a alternativa que indica corretamente a situação tributária da indústria:

- a) A energia elétrica consumida no setor administrativo permite o creditamento proporcional à área do estabelecimento, desde que aferido por medidor individual.
- b) Os materiais de uso e consumo garantem crédito, desde que a empresa comprove sua utilização estritamente nas atividades de suporte ao negócio.
- c) A máquina do ativo imobilizado e os materiais de uso e consumo darão direito a crédito integral no exato mês em que ocorrer a entrada física no estabelecimento.
- d) A máquina empacotadora garantirá o direito ao crédito do imposto, o qual deverá ser apropriado à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada.
- e) A legislação estadual veda integralmente o aproveitamento de créditos relativos à aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, admitindo a compensação apenas para os insumos de produção.

108. A determinação do valor sobre o qual incidirá a alíquota do imposto é um passo fundamental para a correta exigência da obrigação tributária. A respeito das regras que compõem a base de cálculo do imposto estadual, analise as afirmativas abaixo:

- I. O montante do Imposto sobre Produtos Industrializados não integra a base de cálculo do imposto estadual quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.
- II. O valor correspondente a seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como os descontos concedidos sob condição, não devem compor a base de cálculo do imposto, devendo ser deduzidos do valor da operação.
- III. Tratando-se de mercadoria ou bem importados do exterior, o valor da operação incluirá o valor aduaneiro da mercadoria acrescido do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, do Imposto sobre Operações de Câmbio, além de quaisquer outros impostos, taxas e despesas aduaneiras.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

109. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza foi instituído para viabilizar o acesso a níveis dignos de subsistência à população cearense. Considerando exclusivamente as disposições legais previstas na lei complementar 37/03, assinale a alternativa correta sobre a sua arrecadação, gestão e destinação dos recursos:

- a) O Poder Executivo possui a obrigação legal de enviar semestralmente à Assembleia Legislativa um relatório circunstanciado que detalhe o montante

dos recursos arrecadados pelo fundo, a sua respectiva aplicação e os resultados obtidos.

- b) A arrecadação decorrente do adicional de dois pontos percentuais do imposto compõe a receita tributária do Estado a ser repartida com os municípios cearenses, na proporção de vinte e cinco por cento.
- c) O conselho consultivo responsável por coordenar a formulação das políticas e estabelecer a programação a ser financiada com os recursos do fundo é presidido nativamente pelo Secretário da Fazenda.
- d) A legislação autoriza expressamente a utilização livre e irrestrita dos recursos do fundo para o pagamento de despesas de pessoal e de encargos sociais relativos à remuneração dos servidores públicos estaduais.
- e) A parcela adicional do imposto destinada ao fundo poderá ser reduzida ou dispensada de forma proporcional sempre que a operação for contemplada formalmente com isenções ou incentivos fiscais locais.

110. A Indústria de Calçados Nordeste Ltda., localizada no Ceará, possui grande volume de vendas voltado ao mercado internacional. Em virtude de suas operações de exportação serem imunes ao imposto, a empresa acumulou expressivo saldo credor de ICMS ao longo do ano. Com o intuito de utilizar esse crédito, a diretoria planeja transferir parte do montante para uma filial sua localizada no mesmo Estado e, caso haja sobra, alienar o restante para outra empresa cearense independente. De acordo com a legislação tributária do Ceará aplicável à transferência de créditos acumulados, assinale a alternativa correta:

- a) A transferência do saldo credor para outros contribuintes deste Estado depende de prévia manifestação do Fisco e a apropriação pelo recebedor fica limitada a 20% do valor total do ICMS a ser recolhido mensalmente por ele.
- b) A transferência de créditos entre estabelecimentos do mesmo titular localizados no Ceará é expressamente vedada, devendo o saldo ser utilizado exclusivamente para abater débitos do próprio estabelecimento exportador.
- c) A devolução do crédito para o estabelecimento de origem ou a sua retransferência para terceiros é permitida, desde que a transação seja devidamente registrada na Escrituração Fiscal Digital.
- d) O saldo credor acumulado passível de transferência poderá ser atualizado monetariamente com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia até a data da efetiva apropriação.
- e) O valor recebido em transferência por terceiros permite o abatimento integral de débitos, incluindo a parcela adicional destinada ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

111. A respeito das regras de apuração, recolhimento e controle de saldos do ICMS estipuladas pela legislação estadual do Ceará, assinale a alternativa correta:

- a) O vencimento do ICMS cujo prazo caia em dia de feriado estadual é antecipado, obrigatoriamente, para o dia útil imediatamente anterior à data festiva.
- b) No caso de encerramento das atividades do estabelecimento, caso não haja a transferência do saldo credor fiscal para outro estabelecimento do mesmo contribuinte, o saldo residual existente será sumariamente cancelado.
- c) O pagamento do diferencial de alíquotas por transportadora não credenciada oriunda de outro Estado e destinada a adquirente também não credenciado deve ser efetuado em até quinze dias contados após a ocorrência do fato gerador.
- d) A falta de escrituração de um crédito legítimo no mês em que ocorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento acarreta a perda definitiva e irrevogável do direito à respectiva compensação.
- e) A restituição do ICMS que houver sido indevidamente recolhido pelo sujeito passivo será operacionalizada em espécie, sendo vedada a sua compensação com outros débitos tributários vincendos.

112. O trabalho de auditoria e monitoramento de cargas nas fronteiras e centros de distribuição visa combater a evasão fiscal. Com base na Lei estadual n. 18.665/2023, analise as afirmativas abaixo sobre a fiscalização, retenção e guarda de mercadorias:

- I. Entende-se por mercadoria em situação fiscal irregular aquela que for encontrada em trânsito com documentação que acoberte destinatário excluído do Cadastro Geral da Fazenda, devendo a autoridade proceder à retenção.
- II. Na falta de local público adequado à acomodação das mercadorias retidas, a autoridade fazendária poderá nomear a empresa transportadora como fiel depositária, sendo vedada a nomeação do remetente ou do destinatário.
- III. As mercadorias retidas que, mediante laudo técnico de entidade competente, forem consideradas falsificadas ou adulteradas não serão objeto de leilão, podendo ser destruídas ou descartadas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

113. A empresa Comercial Variedades Ltda. foi alvo de uma fiscalização que culminou na exigência de imposto sonegado. O sujeito passivo apresentou sua defesa tempestivamente, mas, ao final do processo administrativo-tributário, o Conselho de Recursos Tributários julgou e condenou a empresa ao pagamento integral do crédito tributário exigido. Para regularizar a situação e evitar a inscrição em Dívida Ativa, o administrador decide recolher a quantia devida optando por dividir o pagamento em doze parcelas mensais, protocolando o pedido de parcelamento no prazo hábil para o pagamento após a intimação da decisão condenatória. Considerando as regras de redução de penalidades aplicáveis no Estado do

Ceará, o desconto aplicável sobre o valor da multa para essa liquidação parcelada será de:

- a) 50% sobre a multa da primeira parcela e 10% sobre a multa das demais parcelas.
- b) 30% sobre o valor total do crédito tributário consolidado de forma linear.
- c) 30% sobre a multa da primeira parcela e 5% sobre a multa das demais parcelas.
- d) 20% sobre a multa da primeira parcela e 5% sobre a multa das demais parcelas.
- e) 70% sobre o valor da multa, concedido de forma proporcional e linear em todas as parcelas.

114. A adoção do regime de substituição tributária altera significativamente as etapas de apuração e o responsável final pelo repasse financeiro do ICMS aos cofres públicos. No tocante às normas gerais e à base de cálculo desse regime na legislação do Ceará, analise os itens a seguir:

- I. Nas importações sujeitas ao regime de substituição tributária, a base de cálculo do ICMS devido sob esse regime inclui despesas aduaneiras complementares, a exemplo de despachante e demurrage, as quais serão rateadas com base no valor aduaneiro de cada bem importado.
- II. Tratando-se de mercadoria cujo preço final máximo a consumidor seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do ICMS para fins de retenção por substituição tributária será o próprio preço por ele estabelecido.
- III. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do ICMS pago em razão da substituição tributária progressiva correspondente ao fato gerador presumido que, comprovadamente, não vier a se realizar.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

115. Em uma extensa operação de auditoria contábil e fiscal, Auditores da SEFAZ constataram que a empresa distribuidora Ômega Ltda. havia sido constituída com a utilização de interpostas pessoas (laranjas) para simular existência patrimonial e ocultar os verdadeiros sócios gestores, emitindo centenas de notas fiscais fraudulentas. Diante da severidade da fraude, a autoridade fazendária instaurou procedimento para invalidar o registro estadual do sujeito passivo. A respeito da anulação de ofício da inscrição no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) prevista na legislação tributária cearense, assinale a alternativa correta:

- a) A anulação de ofício produzirá efeitos retroativos, caracterizando a inidoneidade de todos os documentos fiscais desde a homologação da inscrição, e implicará o perdimento das mercadorias em estoque em favor do Estado.
- b) A decretação de anulação da inscrição produz efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial, visando garantir a segurança jurídica e proteger os créditos apropriados por terceiros de boa-fé em períodos anteriores.
- c) Em caso de decretação de anulação de ofício por simulação, as mercadorias que forem encontradas em trânsito deverão ser devolvidas aos fornecedores originais do produto.
- d) A constatação da existência de ativos ocultos omitidos da escrituração acarreta a anulação sumária e imediata da inscrição do CGF, independentemente do trâmite de processos administrativos para cobrança dos tributos sobre as receitas presumidas.
- e) A legislação veda expressamente que a Secretaria da Fazenda possa usar, gozar ou dispor dos bens e mercadorias retidos em decorrência da anulação da inscrição do infrator, devendo estes itens ser encaminhados obrigatoriamente para doação.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha (Caverna)

116. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, julgue os itens a seguir a respeito do ITCD.

- I. Considera-se iniciada a contagem do prazo decadencial, após a comunicação ao Fisco, pelos respectivos interessados, da concretização dos fatos geradores do ITCD.
- II. nas transmissões sujeitas à incidência do ITCD, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários, doadores e usufrutuários, ainda que o bem ou direito seja indivisível.
- III. Nas transmissões causa mortis, o imposto deve ser recolhido em até 60 dias, contados da notificação, ao sujeito passivo, pela autoridade fazendária, inclusive na hipótese da ocorrência de desistência ou renúncia à herança.

São corretos, apenas:

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

117. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, o crédito tributário relativo ao ITCD não recolhido nos prazos regulamentares:

- a) poderá ser parcelado em até 12 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, mesmo na hipótese de o crédito já estar inscrito em Dívida Ativa do Estado.
- b) poderá ser parcelado em até 24 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, mesmo na hipótese de o crédito já estar inscrito em Dívida Ativa do Estado.
- c) poderá ser parcelado em até 30 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, exceto se o crédito já estiver inscrito em Dívida Ativa do Estado.
- d) poderá ser parcelado em até 24 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, exceto se o crédito já estiver inscrito em Dívida Ativa do Estado.
- e) poderá ser parcelado em até 30 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, mesmo na hipótese de o crédito já estar inscrito em Dívida Ativa do Estado.

118. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, pode-se afirmar que a ação fiscal relativa ao ITCD – de competência dos servidores do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização da Secretaria da Fazenda – deverá ser concluída no prazo máximo de:

- a) 30 dias.
- b) 45 dias.
- c) 60 dias.
- d) 90 dias.
- e) 120 dias.

119. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, independente de notificação, no inventário e arrolamento que não for requerido dentro do prazo de 2 meses da abertura da sucessão, o imposto devido será acrescido de multa equivalente a:

- a) 5% do valor do quinhão hereditário.
- b) 10% do valor do imposto.
- c) 5% do valor dos bens transmitidos.
- d) 10% do valor dos bens transmitidos.
- e) 20% do valor do imposto.

120. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, assinale a opção que indica uma situação em que o ITCD não será recolhido em favor do Ceará:

- a) João vem a falecer em junho de 2023, no Estado do Tocantins, e seu filhos, domiciliados na Bahia decidiram realizar o inventário extrajudicial no Estado do Ceará. Os seus herdeiros, todavia, receberam, tão somente, um valor de capital estipulado de seguro de vida.
- b) João falecido em novembro de 2025, no Estado do Rio Grande do Norte, deixou diversas aplicações financeiras a seus filhos, domiciliados no Estado do Pará, onde decidiram realizar no inventário extrajudicial. Além disso, foi deixado um imóvel localizado no Estado do Maranhão aos herdeiros.
- c) Pablo, domiciliado no Ceará, doa uma lancha que se encontra na sua casa, em Miami, a seu irmão, José, domiciliado no Mato Grosso do Sul.
- d) Pablo, domiciliado no Espírito Santo, doa um veículo licenciado no Ceará a seu irmão, José, domiciliado nesse mesmo Estado.
- e) Pablo, domiciliado no Ceará, institui o usufruto relativo a um imóvel localizado no Maranhão a seu irmão, José, domiciliado no Ceará.

CONTABILIDADE AVANÇADA*Marcondes Fortaleza*

121. Uma empresa obteve um empréstimo de R\$ 7.000.000,00 para investimento em equipamentos industriais, cujas características são apresentadas a seguir:

- Data da obtenção do empréstimo: 30/11/2024.
- Prazo do contrato: 10 anos.
- Taxa de juros: 0,9% ao mês (juros compostos).
- Forma de pagamento: parcelas mensais no valor de R\$ 95.634,23, com vencimento sempre no último dia de cada mês.

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação, pagos na data do empréstimo, no valor total de R\$ 334.243,87 e a taxa de custo efetivo foi 1% ao mês.

Em relação a esta operação, é correto afirmar que

- a) O valor dos encargos financeiros de 2024 foi R\$ 95.634,23.
- b) O valor dos encargos financeiros de 2024 foi R\$ 70.000,00.
- c) O saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 foi R\$ 6.974.365,76.
- d) O valor total registrado no passivo (circulante e não circulante), na data da obtenção do empréstimo, foi R\$ 7.000.000,00.
- e) O saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 foi R\$ 6.636.779,45.

122. A empresa comercial É LENHA S.A. realizou as seguintes vendas durante o mês de dezembro de 2025:

Data	Valores em Reais (R\$)	Data de vencimento
01/12/2025	2.957.500	01/03/2027
15/12/2025	1.235.000	À vista

A taxa de juros praticada pela empresa para as vendas a prazo, em dezembro de 2025, era de 1,5% ao mês, sendo que a taxa equivalente para o período de 01/12/2025 a 01/03/2027 era 30%.

A empresa reconheceu na Demonstração do Resultado do ano de 2025, especificamente em relação às vendas efetuadas no mês de dezembro de 2025, receita de vendas no valor de

- a) R\$ 4.192.500 e receita financeira no valor de R\$ 682.500.
- b) R\$ 3.510.000 e receita financeira no valor de R\$ 34.125.
- c) R\$ 3.510.000, apenas.
- d) R\$ 4.192.500, apenas.
- e) R\$ 3.510.000 e receita financeira no valor de R\$ 682.500.

123. No dia 01/12/2025, uma empresa realizou três aplicações financeiras. As características de cada aplicação e os critérios de mensuração definidas pela empresa são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado	Vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros
400.000	30/06/2026	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a.m.
800.000	30/11/2026	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1,5% a.m.
480.000	31/10/2027	Mensuração ao custo amortizado	2% a.m.

Em 31/12/2025 a empresa identificou os seguintes valores justos para a três aplicações:

Mensuração definida pela empresa	Valor Justo em 31/12/2025 (R\$)
Mensuração ao valor justo por meio do resultado	408.000
Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	806.400
Mensuração ao custo amortizado	492.000

O valor que impactou o resultado da empresa no ano de 2025, decorrente dessas aplicações foi, em reais:

- a) 28.000
- b) 29.600
- c) 26.400
- d) 25.600
- e) 24.000

124. A empresa comercial MAVIFOR S.A. apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do ano de 2025 (valores em reais):

Receita Bruta de Vendas.....	171.500
(-) Impostos sobre vendas.....	(42.000)
(=) Receita Líquida.....	129.500
(-) Custo das Mercadorias Vendidas.....	(82.250)
(=) Lucro Bruto.....	47.250
(-) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação.....	(8.750)
Despesa com salários.....	(5.250)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.....	(875)
(+) Receitas financeiras.....	3.500
(=) Lucro antes do IR e CSLL.....	35.875
(-) IR e CSLL.....	(9.625)
(=) Lucro Líquido.....	26.250

O valor dos tributos recuperáveis, referentes aos produtos que foram vendidos no ano de 2025, totalizava R\$ 7.875. Com base nestas informações, o Valor Adicionado Total a Distribuir pela empresa, no ano de 2025, foi, em reais,

- a) 71.750.
- b) 72.625.
- c) 75.250.
- d) 76.125.
- e) 81.375.

125. No que se refere a subvenções, considere:

- I. A subvenção governamental não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que ela será recebida. O simples recebimento da subvenção não é prova conclusiva de que as condições a ela vinculadas tenham sido ou serão cumpridas.
- II. A forma como a subvenção é recebida não influencia no método de contabilização a ser adotado. Assim, por exemplo, a contabilização deve ser a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.
- III. A subvenção governamental pode estar representada por ativo não monetário, como terrenos e outros, para uso da entidade. Nessas circunstâncias, tanto esse ativo quanto a subvenção governamental devem ser reconhecidos pelo seu valor nominal.
- IV. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do patrimônio líquido.

Está incorreto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) III e IV.
- e) I e III.

126. Em 15/12/2025, uma empresa realizou uma compra de mercadorias a prazo de seu principal fornecedor no exterior no valor total de US\$ 50.000 (cem mil dólares).

Sabendo que a cotação do dólar era R\$ 4,20 em 15/12/2025, passou para R\$ 4,50 em 31/12/2025 e que a cotação média do mês de dezembro de 2025

foi R\$ 4,30, a empresa apresentou, nas demonstrações de:

- a) Na DRE, uma variação cambial passiva de R\$ 15.000,00.
- b) No BP, estoque de mercadorias de R\$ 225.000,00.
- c) Na DRE, uma variação cambial passiva de R\$ 5.000,00.
- d) No BP, fornecedores a pagar de R\$ 210.000,00.
- e) No BP, fornecedores a pagar de R\$ 215.000,00.

127. A empresa MAVIFOR S.A. realizou, em 31/12/2025, um contrato de arrendamento de uma máquina que será utilizada em suas operações. A vida útil econômica estimada para a máquina é 10 anos e terá valor de revenda de R\$ 150.000,00. O contrato será pago em 5 prestações anuais, iguais e consecutivas de R\$ 336.940,50 a taxa implícita do contrato é 4% a.a. e a primeira prestação vencerá em 31/12/2026.

Sabendo-se que, na data de início do contrato, o valor justo da máquina era R\$ 1.560.000, o valor presente das prestações do contrato era R\$ 1.500.000 e que a empresa pretende ficar com a máquina no final do prazo do contrato, a empresa MAVIFOR S.A. reconheceu

- a) um passivo de R\$ 1.684.702,50 em 31/12/2025.
- b) um impacto negativo no resultado de 2026 no valor de R\$ 210.000,00.
- c) um ativo de R\$ 1.560.000,00 em 31/12/2025.
- d) uma despesa de depreciação de R\$ 300.000,00 no resultado de 2026.
- e) um impacto negativo no resultado de 2026 no valor de R\$ 195.000,00.

128. A CAFÉ COM CONTABILIDADE S.A. adquiriu um imóvel em 31/12/2024 e o classificou como propriedade para investimento. O imóvel foi adquirido da seguinte forma:

- Entrada, no valor de R\$ 50.000.
- Parcela de R\$ 112.000, para ser paga em 31/12/2025.
- Parcela de R\$ 150.528, para ser paga em 31/12/2026.

Adicionalmente, a empresa incorreu nos seguintes gastos:

- Impostos e taxas para registro do imóvel: R\$ 5.000
- Reformas necessárias para deixar o imóvel em condições de uso: R\$ 20.000

O imóvel possui uma vida útil econômica estimada de 50 anos e a empresa definiu como política contábil o método do valor justo. Sabendo que, na data da aquisição do imóvel, a taxa de juros compostos era de 12% a.a., e que os valores justos do imóvel em 31/12/2025 e 31/12/2026 eram R\$ 350.000 e R\$ 330.000, respectivamente, a empresa CAFÉ COM CONTABILIDADE S.A. reconheceu na DRE de 2025 e 2026, respectivamente

- a) receita de R\$ 80.000 e despesa de R\$ 20.000.
- b) receita de R\$ 12.472 e despesa de R\$ 20.000.
- c) receita de R\$ 55.000 e despesa de R\$ 20.000.
- d) receita de R\$ 385.000 e receita de 330.000.
- e) receita de R\$ 385.000 e despesa de R\$ 20.000.

129. No Balanço Patrimonial de 31/12/2025 da empresa TIDA S.A., o valor total registrado para o Patrimônio Líquido era R\$ 30.000.000. Nessa mesma data, o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da empresa totalizava R\$ 37.500.000, sendo que a diferença entre esse valor e o valor do Patrimônio Líquido contábil era devido à variação entre o custo original contabilizado e o valor justo de um imóvel que não tem depreciação.

Nessa mesma data (31/12/2025) a empresa DORA S.A. adquiriu setenta por cento (70%) das ações da

empresa TIDA S.A. e passou a deter seu controle. O valor pago pela aquisição foi R\$ 30.000.000.

Durante o ano de 2026 a empresa TIDA S.A. propôs a distribuição de dividendos extraordinários e pagou R\$ 375.000 aos acionistas. O lucro líquido apurado pela empresa em 2026 foi R\$ 750.000.

É correto afirmar que a empresa DORA S.A. registrou, nas suas demonstrações contábeis individuais:

- a) No resultado do ano de 2026, o resultado de equivalência patrimonial no valor de R\$ 525.000.
- b) Na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R\$ 21.000.000.
- c) Na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R\$ 26.250.000.
- d) Na data da aquisição, em conta de resultado, um ágio no valor R\$ 9.000.000.
- e) No BP de 31/12/2026, um saldo na conta Investimentos, no ativo, de R\$ 31.050.000.

Atenção: Utilize os dados a seguir para responder às questões de números **130** e **131**.

A Demonstração do Resultado publicada por uma empresa para o ano 2025 foi a seguinte:

Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

(valores em reais)

Receitas de Vendas.....	216.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas.....	(99.000)
(=) Resultado com Mercadorias.....	117.000
(-) Despesa de Depreciação.....	(12.600)
(-) Outras Despesas Operacionais.....	(58.800)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial.....	4.500
(-) Despesas Financeiras.....	(2.400)
(+) Lucro na Venda de Imobilizado.....	14.400
(=) Resultado antes dos Impostos.....	62.100
(-) Despesa com Imposto de Renda.....	(12.420)
(=) Resultado Líquido.....	49.680

Os Balanços Patrimoniais da mesma empresa, em 31/12/2024 e 31/12/2025, são apresentados a seguir:

Balanços Patrimoniais em 31/12/2024 e 31/12/2025 (valores em reais)

ATIVO	31/12/24	31/12/25	PASSIVO	31/12/24	31/12/25
Ativo Circulante	72.000	102.300	Passivo Circulante	60.000	80.124
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.000	30.300	Fornecedores	36.000	17.400
Clientes	36.000	27.000	Empréstimos	24.000	35.400
Estoques	24.000	42.000	Impostos a pagar	-	12.420
Seguros antecipados	-	3.000	Dividendos a pagar	-	14.904
Ativo não circulante	90.300	114.900	Patrimônio Líquido	102.300	137.076
Investimentos	8.400	12.900	Capital	90.000	90.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	12.300	47.076
Máquinas e Equipamentos	56.400	102.000			
Terrenos	25.500	-			
TOTAL DO ATIVO	162.300	217.200	TOTAL DO PASSIVO + PL	162.300	217.200

- Durante o ano de 2025, a empresa não pagou as despesas financeiras incorridas no período.
- A empresa não vendeu investimentos nem máquinas e equipamentos.
- A venda do terreno foi efetuada à vista.

130. O valor, em reais, correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais gerado pela empresa em 2025 foi

- a) 60.600
- b) 58.200
- c) 42.000
- d) 30.600
- e) 27.600

131. O valor, em reais, correspondente ao Caixa das Atividades de Investimentos é:

- a) 5.700 (positivo)
- b) 18.300 (positivo)
- c) 22.800 (negativo)
- d) 18.300 (negativo)
- e) 5.700 (negativo)

132. Durante o mês de dezembro, a empresa MAVIFOR registrou as seguintes transações:

- Venda de mercadorias à vista no valor de R\$ 17.500,00, cujo CMV correspondente foi no valor de R\$ 7.500,00;
- Pagamento de parte do saldo da conta de fornecedores no valor de R\$ 6.250,00;
- Reconhecimento de depreciação mensal de imobilizado no valor de R\$ 750,00 e de amortização mensal de intangível no valor de R\$ 375,00;
- Reconhecimento de juros sobre empréstimos no valor de R\$ 750,00;
- Recebimento de parte do saldo da conta de clientes no valor de R\$ 4.500,00.
- Compra de estoque por R\$ 20.000,00. A MAVIFOR conseguiu um desconto de 10% por ter realizado o pagamento à vista.

A Demonstração do Resultado do Exercício da Cia MAVIFOR, em 31/12/2025, apresentou resultado operacional de, em reais,

- a) R\$ 10.125,00
- b) R\$ 13.125,00
- c) R\$ 8.125,00
- d) R\$ 11.750,00
- e) R\$ 6.375,00

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Silvio Sande*

133. Uma indústria de móveis produz mesas e cadeiras. Os custos com supervisores da fábrica e com depreciação das máquinas são alocados aos produtos com base nas horas de mão de obra direta. Já a madeira e os parafusos são identificados diretamente a cada produto.

De acordo com os conceitos de Contabilidade de Custos, os custos com supervisores e com madeira classificam-se, respectivamente, como:

- a) Custo Direto e Custo Indireto.
- b) Custo Indireto e Custo Direto.
- c) Custo Fixo e Custo Variável.
- d) Despesa e Custo Direto.
- e) Custo Variável e Custo Fixo.

134. A empresa industrial **SS S.A.** produz um único produto e, para produzir integralmente 10.000 unidades desse produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de janeiro de 2026:

- Custos fixos: R\$ 50.000
- Custos variáveis:
- Matéria-prima: R\$ 15/unidade
- Mão de obra direta: R\$ 12/unidade
- Despesas fixas: R\$ 30.000
- Despesas variáveis: R\$ 3/unidade
- Comissões de venda: 10% do preço de venda

Informações adicionais:

- Preço de venda: R\$ 70/unidade
- Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas
- Quantidade vendida: 3.000 unidades

Sabendo que a empresa industrial **SS S.A.** utiliza o Método de Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi, em reais,

- a) 32.
- b) 27.
- c) 24.

d) 14.

e) 18.

135. A contabilidade de determinada empresa levantou os seguintes dados sobre a produção empresarial:

Preço de venda unitário: R\$ 250,00

Custos fixos unitários: R\$ 77,00

Custos fixos totais: R\$ 53.900,00

Custos variáveis unitários: R\$ 60,00

Despesas fixas unitárias: R\$ 30,00

Despesas fixas totais: R\$ 21.000,00

Despesas variáveis unitárias: R\$ 50,00

Quantidade vendida: 500

Com base nesses dados, a margem de contribuição unitária e a margem de contribuição total são, respectivamente,

- a) R\$ 270,00 e R\$ 189.000,00
- b) R\$ 140,00 e R\$ 70.000,00
- c) R\$ 377,00 e R\$ 263.000,00
- d) R\$ 90,00 e R\$ 63.000,00
- e) R\$ 73,00 e R\$ 51.100,00

136. No mês de setembro de 2025, uma empresa produziu 5.000 unidade do único produto que fabrica e, para a produção dessas unidades, incorreu nos seguintes gastos:

Custos e despesas variáveis

- Matéria-prima: R\$ 60,00 por unidade produzida
- Mão de obra direta: R\$ 30,00 por unidade produzida
- Despesas variáveis: R\$ 10,00 por unidade produzida

Custos e despesas fixas

- Despesas fixas: R\$30.000,00
- Custos fixos indiretos: R\$ 40.000,00
- Custos fixos diretos: R\$ 10.000,00

O preço unitário de venda praticado pela empresa é R\$ 600,00, os impostos sobre a venda correspondem a 20% do preço de venda e a empresa paga comissões de venda de 10% do preço de venda por unidade vendida.

A empresa vendeu 2000 unidade do produto no mês de setembro de 2025.

O ponto de equilíbrio da empresa, em quantidade, é:

- a) 218
- b) 201
- c) 250
- d) 192
- e) 288

137. A empresa Ceará Móveis Ltda produz um único produto: a cadeira "Fortaleza". Para o exercício de 2026, o controller levantou as seguintes informações:

Preço de Venda: R\$ 300,00 por unidade

Custos Variáveis: R\$ 120,00 por unidade

Despesas Variáveis: R\$ 30,00 por unidade

Custos Fixos: R\$ 450.000,00

Despesas Fixas: R\$ 150.000,00

A empresa possui um financiamento de R\$ 3.000.000,00 com custo de 10% ao ano. Esse valor representa o custo de oportunidade do capital investido. Os sócios estabeleceram como meta um lucro contábil de R\$ 240.000,00 para o período. Considerando exclusivamente as informações acima, calcule o Ponto de Equilíbrio Econômico em unidades é de:

- a) 4.800 unidades
- b) 5.400 unidades
- c) 6.000 unidades
- d) 7.600 unidades
- e) 7.200 unidades

138. A indústria Móveis CE Ltda produz mesas. Para 1 mesa, o custo padrão de matéria-prima é de 5kg de madeira ao custo de R\$ 20,00 o kg. No mês de março/2026 a empresa produziu 2.000 mesas. Os dados reais foram:

Quantidade consumida: 10.500 kg de madeira

Preço pago: R\$ 22,00 por kg

A Variação total do preço da Matéria-Prima foi de:

- a) R\$ 20.000 Desfavorável
- b) R\$ 21.000 Desfavorável
- c) R\$ 22.000 Desfavorável
- d) R\$ 20.000 Favorável
- e) R\$ 21.000 Favorável

139. Determinada empresa industrial que se dedica à fabricação de um único produto apresentou os seguintes dados em abril de 2026, mês em que deu início às suas operações.

- custos totais de produção: R\$ 4.800.000
- unidades iniciadas no período: 50.000 unidades
- unidades inacabadas no período: 20.000 unidades

Considerando-se que as unidades inacabadas alcançaram um percentual de conclusão igual a 50%, é correto afirmar que o custo unitário das unidades produzidas em abril de 2026 foi de

- a) R\$ 96.
- b) R\$ 120.
- c) R\$ 150.
- d) R\$ 160.
- e) R\$ 300.

140. Os sub produtos:

- a) possuem grande relevância dentro do faturamento global da empresa.
- b) não têm valor de venda ou condições de negociabilidade boas.
- c) são assim chamados por serem oriundos de duas matérias primas similares.
- d) não geram estoques.
- e) não são objetos de custeio pelas empresas.

FLUÊNCIA DE DADOS

Emannuelle Gouveia

141. Uma aplicação recebe tabelas de um banco relacional, arquivos JSON de APIs e vídeos enviados por usuários. A classificação correta desses dados é:

- a) tabelas relacionais são dados semiestruturados, JSON é dado estruturado e vídeos são dados não estruturados.

b) tabelas relacionais são dados estruturados, JSON é dado semiestruturado e vídeos são dados não estruturados.

c) tabelas relacionais e JSON são dados estruturados, enquanto vídeos são dados semiestruturados.

d) tabelas relacionais são dados não estruturados, JSON é dado semiestruturado e vídeos são dados estruturados.

e) todos os dados são considerados estruturados, pois podem ser armazenados em sistemas computacionais.

142. A Ciência de Dados envolve etapas que vão desde a obtenção dos dados até a geração de conhecimento para apoiar decisões. Durante esse processo, a qualidade das informações deve ser avaliada continuamente para evitar conclusões inadequadas.

Considerando o ciclo de vida da informação e o processo de Ciência de Dados, a etapa de preparação dos dados tem como objetivo:

- a) substituir a análise dos resultados por modelos automatizados de tomada de decisão.
- b) armazenar todos os dados coletados sem alterações para preservar integralmente a fonte original.
- c) eliminar a necessidade de definir objetivos analíticos antes da aplicação de técnicas estatísticas.
- d) tratar, transformar e organizar os dados para que estejam adequados às etapas de análise e modelagem.
- e) executar exclusivamente a visualização dos dados, sem interferir na qualidade das informações utilizadas.

143. Em um banco de dados relacional, uma aplicação precisa garantir que os registros armazenados mantenham relacionamentos consistentes entre diferentes tabelas. Para isso, o modelo utiliza mecanismos que controlam a identificação dos registros e as associações entre eles. Dentre esses mecanismos, a utilização de chave primária e chave estrangeira permite:

- a) eliminar a necessidade de definir relacionamentos entre tabelas, pois todos os dados passam a ser armazenados em uma única estrutura.
- b) impedir qualquer alteração nos registros após sua inserção, garantindo que os dados permaneçam imutáveis.
- c) substituir os mecanismos de controle de transações, pois a integridade dos dados passa a ser garantida apenas pelas chaves.
- d) armazenar informações duplicadas em diferentes tabelas sem impacto na consistência do banco de dados.
- e) identificar registros de forma única e estabelecer vínculos entre tabelas, preservando a integridade referencial dos dados.

144. Um sistema de armazenamento precisa lidar com grande volume de dados distribuídos, com necessidade de escalabilidade horizontal e flexibilidade para alterar a estrutura das informações ao longo do tempo. A equipe avalia a adoção de um banco de dados NoSQL. Uma característica desse modelo é:

- a) exigir um esquema rígido previamente definido, semelhante aos bancos relacionais tradicionais.
- b) permitir diferentes modelos de armazenamento, como documentos, chave-valor, colunas largas e grafos, conforme a necessidade da aplicação.
- c) garantir que todas as operações distribuídas mantenham consistência imediata, independentemente da arquitetura utilizada.
- d) substituir obrigatoriamente bancos relacionais em qualquer aplicação que utilize grandes volumes de dados.

e) eliminar a necessidade de mecanismos de governança, pois a flexibilidade estrutural impede problemas de qualidade.

145. Uma consulta SQL precisa retornar a quantidade de pedidos realizados por cada cliente, considerando apenas clientes que possuem mais de cinco pedidos e exibindo o resultado em ordem decrescente de quantidade. A instrução SQL deve utilizar:

- a) GROUP BY para agrupar os registros, HAVING para filtrar os grupos e ORDER BY para ordenar o resultado.
- b) WHERE para filtrar os grupos após a agregação e DISTINCT para substituir a necessidade de agrupamento.
- c) JOIN para realizar a ordenação dos dados e HAVING para eliminar registros duplicados antes da consulta.
- d) ORDER BY para aplicar condições sobre funções de agregação e GROUP BY para restringir os registros individuais.
- e) DISTINCT para agrupar registros, WHERE para filtrar resultados agregados e JOIN para realizar a ordenação.

146. Em um pipeline de Engenharia de Dados, uma equipe identificou valores ausentes, formatos inconsistentes e registros duplicados antes da etapa de análise. Para aumentar a confiabilidade das informações processadas, foram aplicadas técnicas de pré-processamento de dados que tem como finalidade:

- a) substituir a necessidade de armazenamento dos dados originais por versões já transformadas e prontas para análise.
- b) garantir que todos os dados coletados sejam utilizados sem alterações, preservando integralmente as características das fontes.
- c) preparar os dados para análise por meio de atividades como limpeza, tratamento de inconsistências e transformação dos formatos.
- d) eliminar a necessidade de validação dos resultados, pois os dados transformados passam a ser automaticamente confiáveis.
- e) executar exclusivamente a extração dos dados das fontes, sem realizar modificações ou verificações durante o processamento.

147. A metodologia CRISP-DM organiza projetos de Ciência de Dados em etapas que orientam desde a compreensão do problema até a implantação dos resultados. Na etapa de **entendimento dos dados** da metodologia CRISP-DM, é realizada principalmente a atividade de:

- a) definir como o modelo será disponibilizado em ambiente de produção e acompanhado após a implantação.
- b) selecionar exclusivamente o algoritmo de aprendizado de máquina que apresentará maior desempenho.
- c) coletar, explorar e avaliar as características iniciais dos dados disponíveis para identificar qualidade e possíveis problemas.
- d) transformar os resultados obtidos pelo modelo em ações de negócio, sem necessidade de validação dos dados utilizados.

e) substituir a análise exploratória dos dados pela etapa de modelagem, pois os algoritmos identificam automaticamente inconsistências.

148. Em uma organização, diferentes áreas utilizam dados corporativos e precisam definir regras para garantir qualidade, segurança e uso adequado das informações. Para isso, foi criado um modelo de governança com participação de representantes das áreas de negócio e da área de tecnologia na definição de políticas e padrões. Esse modelo de governança de dados é caracterizado como:

- a) centralizado, pois todas as decisões relacionadas aos dados são tomadas exclusivamente pela área de tecnologia da informação.
- b) operacional, pois elimina a necessidade de definição de papéis e responsabilidades sobre os dados corporativos.
- c) descentralizado, pois cada área utiliza seus dados sem necessidade de alinhamento com regras organizacionais.
- d) técnico, pois concentra a governança apenas em ferramentas de armazenamento e processamento de dados.
- e) compartilhado ou colegiado, pois envolve diferentes áreas na definição de diretrizes, responsabilidades e decisões relacionadas aos dados.

149. A principal característica associada ao Data Lake é:

- a) armazenar somente dados estruturados previamente modelados, com foco exclusivo em relatórios gerenciais.
- b) permitir o armazenamento de grandes volumes de dados em diferentes formatos, mantendo os dados em sua forma original para posterior processamento.
- c) representar uma estrutura dimensional composta por tabelas fato e dimensão, utilizada principalmente em análises OLAP tradicionais.
- d) substituir qualquer necessidade de governança de dados, pois seu modelo flexível elimina problemas de qualidade.
- e) armazenar apenas dados de um departamento específico da organização, atendendo a uma necessidade analítica limitada.

150. Um sistema de atendimento automatizado utiliza técnicas de Processamento de Linguagem Natural (NLP) para interpretar mensagens enviadas por usuários e identificar suas intenções. Antes da aplicação dos modelos de análise, os textos passam por etapas de preparação. Uma etapa comum no processamento de textos em NLP é:

- a) substituir todos os textos por valores numéricos aleatórios, eliminando qualquer relação com o conteúdo original.
- b) armazenar os textos sem qualquer tratamento, pois modelos de NLP não dependem da qualidade dos dados de entrada.
- c) remover a necessidade de modelos estatísticos ou de aprendizado de máquina, pois o pré-processamento resolve a interpretação da linguagem.
- d) realizar técnicas como tokenização e normalização para organizar os textos e facilitar o processamento pelos modelos.

- e) transformar obrigatoriamente todos os textos em imagens antes da análise, pois modelos de linguagem não processam dados textuais.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

151. A Ciência das Finanças Públicas, ao consolidar a classificação das funções do Governo proposta por Richard Musgrave, estabeleceu um referencial teórico que orienta, até hoje, a análise da atuação estatal na economia. Considerando essa classificação clássica e sua evolução até o Estado contemporâneo, é correto afirmar que:

- a) A função distributiva volta-se exclusivamente à cobrança de tributos progressivos sobre a renda, sendo essa a única ferramenta de que dispõe o Estado para promover a redistribuição de renda entre os indivíduos.
- b) A função alocativa decorre da necessidade de o Estado corrigir falhas de mercado, viabilizando o fornecimento de bens públicos e a internalização de externalidades que o mecanismo de mercado, isoladamente, não seria capaz de prover de forma eficiente.
- c) A função estabilizadora, segundo a formulação clássica, tem por objetivo exclusivo o controle da inflação, não guardando relação com o nível de emprego ou com o produto agregado da economia.
- d) Na evolução das funções do governo, o Estado contemporâneo restringiu-se progressivamente à função alocativa, tendo abandonado a atuação distributiva e estabilizadora em razão do avanço do ideário liberal.
- e) As três funções clássicas — alocativa, distributiva e estabilizadora — são mutuamente excludentes e devem ser executadas por níveis de governo distintos, cabendo à União exclusivamente a função estabilizadora.

152. Um município identificou que a iluminação pública de uma de suas praças beneficia igualmente todos os moradores da vizinhança, sem que seja possível excluir do consumo aqueles que não contribuem para seu custeio, e que, adicionalmente, o uso do bem por um morador não reduz a quantidade disponível para os demais. Com base na teoria das falhas de mercado, é correto afirmar que:

- a) O bem descrito caracteriza-se como um bem semipúblico, pois, apesar da não exclusão, admite rivalidade de consumo, sendo, por isso, adequadamente ofertado pelo mercado por meio do mecanismo de preços.
- b) Trata-se de uma externalidade negativa de consumo, uma vez que o benefício individual de cada morador reduz o bem-estar dos demais na medida em que a praça é utilizada.
- c) O problema relatado é tipicamente solucionado pelo mercado por meio da atribuição de direitos de propriedade, conforme o Teorema de Coase, sem necessidade de intervenção do setor público.
- d) O bem descrito caracteriza-se como um bem público puro, com não rivalidade e não exclusão no consumo, o que tende a gerar o problema do carona (free rider) e justifica seu financiamento por meio da tributação, e não pela lógica de preços de mercado.
- e) A ausência de exclusão no consumo é suficiente, por si só, para classificar o bem como público puro, sendo a rivalidade de consumo uma característica irrelevante para essa classificação.

153. A política fiscal constitui um dos principais instrumentos de atuação do Estado na economia, compreendendo decisões sobre a arrecadação de receitas e a realização de gastos públicos. Sobre os objetivos e a classificação das políticas fiscais, é correto afirmar que:

- a) As políticas fiscais podem ser classificadas, segundo seus objetivos, em alocativas, quando destinadas à provisão de bens públicos e à correção de falhas de

mercado; distributivas, quando voltadas a ajustar a distribuição de renda e riqueza na sociedade; e de estabilização, quando direcionadas a manter o pleno emprego, a estabilidade de preços e um ritmo adequado de crescimento econômico.

- b) A política fiscal de estabilização atua exclusivamente por meio da variação da carga tributária, não competindo ao gasto público qualquer papel nesse âmbito.
- c) A política fiscal distributiva restringe-se à tributação, não incluindo instrumentos do lado da despesa pública, como transferências de renda e gastos sociais.
- d) A política fiscal alocativa tem como finalidade precípua a estabilização do nível de emprego e do produto agregado, sendo a provisão de bens públicos um efeito secundário e não intencional dessa política.
- e) As funções alocativa, distributiva e estabilizadora da política fiscal são aplicadas de forma sequencial ao longo do tempo, não podendo o Estado exercê-las simultaneamente em um mesmo exercício orçamentário.

154. No que se refere ao financiamento dos gastos públicos por meio da tributação e aos princípios de equidade tributária amplamente discutidos na Ciência das Finanças Públicas, é correto afirmar que:

- a) O princípio do benefício estabelece que a contribuição de cada indivíduo para o financiamento do gasto público deve ser proporcional à sua capacidade econômica, independentemente do quanto se beneficia dos serviços estatais.
- b) Um tributo é dito regressivo quando a proporção da renda destinada ao seu pagamento aumenta à medida que a renda do contribuinte se eleva, penalizando proporcionalmente mais os indivíduos de maior renda.
- c) As taxas e contribuições de melhoria são espécies tributárias vinculadas a uma contraprestação estatal específica e diretamente relacionada ao contribuinte, ao passo que os impostos, por definição, também exigem vinculação a uma atividade estatal específica.
- d) A equidade horizontal é observada quando contribuintes com capacidades contributivas distintas pagam valores distintos de tributo, na proporção exata dessa diferença.
- e) A equidade vertical relaciona-se ao tratamento tributário diferenciado entre contribuintes com capacidades contributivas distintas, ao passo que a equidade horizontal pressupõe tratamento tributário igual entre contribuintes com igual capacidade contributiva.

155. Considerando os conceitos de resultado fiscal do governo e as diferentes métricas utilizadas para mensurar a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), é correto afirmar que:

- a) O resultado primário corresponde à diferença entre receitas totais e despesas totais do governo, incluindo o pagamento de juros da dívida pública, sendo, portanto, equivalente ao resultado nominal.
- b) O resultado nominal é obtido a partir do resultado primário, subtraindo-se dele a despesa com juros nominais e adicionando-se a correção monetária da dívida, sendo utilizado exclusivamente para fins de análise de curto prazo da política monetária.
- c) O resultado primário mede o esforço fiscal do governo desconsiderando o pagamento de juros da dívida pública, ao passo que o resultado nominal incorpora integralmente as despesas com juros, refletindo a variação total do endividamento público no período.
- d) A NFSP mede exclusivamente o financiamento externo do setor público, não contemplando as necessidades de financiamento originadas de operações com o setor público interno.
- e) Um resultado primário superavitário implica necessariamente um resultado nominal também superavitário, uma vez que os juros da dívida não interferem na composição final do resultado nominal.

156. Adolph Wagner, ao analisar o comportamento do gasto público ao longo do processo de desenvolvimento econômico das nações, formulou uma proposição amplamente discutida na literatura de Finanças Públicas sobre a tendência de crescimento da participação do Estado na economia. A respeito dessa formulação e da evolução histórica das funções do governo, é correto afirmar que:

- a) A Lei de Wagner sustenta que a participação do gasto público na renda nacional tende a diminuir à medida que o país se industrializa, em razão da maior eficiência do setor privado na provisão de bens e serviços.
- b) Segundo essa formulação, o crescimento do gasto público decorre exclusivamente do aumento de gastos militares e de defesa nacional, não guardando relação com a urbanização ou com a demanda por bens públicos.
- c) A Lei de Wagner postula que, à medida que a renda per capita de um país se eleva, a participação relativa do gasto público na economia tende a crescer, em razão da maior demanda por bens públicos, infraestrutura e regulação estatal.
- d) A evolução histórica das funções do governo demonstra uma trajetória linear e uniforme entre os países, sem variações relacionadas ao grau de desenvolvimento econômico ou às instituições locais.
- e) O Estado liberal clássico, vigente até o início do século XX, caracterizava-se por ampla atuação nas funções distributiva e estabilizadora, tendo sido o Estado de bem-estar social responsável por restringir essas funções à alocativa.

157. A teoria das Finanças Públicas classifica os bens econômicos a partir de duas dimensões — a exclusão e a rivalidade no consumo — o que permite distinguir bens públicos puros, bens privados e categorias intermediárias, como os bens comuns e os bens de clube. Sobre essa classificação, é correto afirmar que:

- a) Um bem de clube caracteriza-se pela exclusão no consumo, sendo possível impedir o acesso de não pagantes, mas pela não rivalidade, ao menos até certo ponto de congestionamento, como ocorre em serviços de streaming ou em instalações recreativas com capacidade ociosa.
- b) Os bens comuns, como um estoque pesqueiro em águas internacionais, caracterizam-se pela exclusão no consumo e pela não rivalidade, o que os torna equivalentes, do ponto de vista da provisão eficiente, aos bens públicos puros.
- c) Um bem privado puro caracteriza-se pela não exclusão e pela não rivalidade no consumo, sendo eficientemente provido pelo Estado, dada a impossibilidade de o mercado cobrar preços por seu uso.
- d) A rivalidade no consumo é característica que somente se manifesta em bens públicos puros, não estando presente em nenhuma categoria de bens privados ou de bens comuns.
- e) A classificação dos bens em públicos, privados, comuns e de clube é irrelevante para a definição do papel do Estado na economia, uma vez que cabe exclusivamente ao mercado decidir a forma de provisão de qualquer bem.

158. A atuação da política fiscal sobre o nível de atividade econômica pode ocorrer por meio de mecanismos que operam automaticamente ao longo do ciclo econômico, bem como por meio de decisões deliberadas de política econômica. Sobre essa distinção, é correto afirmar que:

- a) Os estabilizadores automáticos, como o sistema de seguro-desemprego e a estrutura progressiva do imposto de renda, dependem de aprovação legislativa específica a cada mudança no ciclo econômico para produzirem efeito anticíclico.
- b) A política fiscal discricionária caracteriza-se por medidas de efeito automático e instantâneo, ao passo que os estabilizadores automáticos exigem processo legislativo prévio para cada intervenção.
- c) Em uma recessão, o sistema tributário progressivo tende a ampliar a queda da renda disponível das famílias, atuando de forma pró-cíclica e agravando a retração da demanda agregada.
- d) Os estabilizadores automáticos eliminam integralmente a necessidade de política fiscal discricionária, tornando desnecessária qualquer intervenção deliberada do governo em situações de choques econômicos severos.
- e) Os estabilizadores automáticos atuam sem necessidade de nova deliberação legislativa, amortecendo as flutuações do produto ao longo do ciclo econômico, ao passo que a política fiscal discricionária depende de decisões específicas de política econômica, como a aprovação de pacotes de estímulo.

159. A classificação dos tributos segundo a base econômica sobre a qual incidem e segundo a possibilidade de repasse do encargo tributário a terceiros é central para a análise dos efeitos distributivos da tributação. A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) Os tributos indiretos, como aqueles que incidem sobre o consumo de bens e serviços, caracterizam-se pela impossibilidade de repasse do ônus tributário ao consumidor final, motivo pelo qual são considerados mais progressivos que os tributos diretos.
- b) Os tributos diretos incidem sobre a renda ou o patrimônio do próprio contribuinte, que arca diretamente com o ônus tributário, sem possibilidade relevante de repasse a terceiros, como ocorre no Imposto de Renda e no IPTU.
- c) A tributação sobre o consumo tende a ser mais progressiva do que a tributação sobre a renda, uma vez que consumidores de maior renda destinam parcela proporcionalmente maior de seus rendimentos ao consumo tributado.
- d) Os impostos sobre o patrimônio, como o IPVA e o ITR, são classificados tecnicamente como tributos indiretos, uma vez que incidem sobre um bem, e não sobre a renda do contribuinte.
- e) A classificação em tributos diretos e indiretos é irrelevante para a análise de equidade tributária, uma vez que ambos produzem, sempre, os mesmos efeitos distributivos sobre os diferentes estratos de renda.

160. A análise da sustentabilidade da dívida pública de um país frequentemente utiliza indicadores como a relação dívida/PIB e considera a trajetória do resultado primário necessário para estabilizar o endividamento no tempo. Sobre esses conceitos, é correto afirmar que:

- a) A relação dívida/PIB é considerada sustentável sempre que o valor nominal da dívida pública permanecer constante ao longo do tempo, independentemente do comportamento do Produto Interno Bruto.
 - b) Quanto maior a taxa de crescimento real do PIB em relação à taxa de juros real da dívida, maior tende a ser a necessidade de superávit primário para estabilizar a relação dívida/PIB.
 - c) O conceito de dívida líquida do setor público desconsidera os ativos financeiros do governo, computando exclusivamente o estoque de dívida bruta emitida no mercado.
 - d) A trajetória da relação dívida/PIB depende, entre outros fatores, do diferencial entre a taxa de juros real da dívida e a taxa de crescimento real do produto, bem como do resultado primário obtido pelo governo no período.
 - e) Um país com déficit nominal elevado necessariamente apresentará trajetória explosiva e insustentável da relação dívida/PIB, independentemente da taxa de crescimento da economia.
-

Questão Dissertativa

A busca pela redução da carga tributária é uma prática comum no ambiente empresarial. O ordenamento jurídico, especialmente o Código Tributário Nacional (CTN), diferencia as condutas lícitas de planejamento tributário daquelas consideradas ilícitas, prevendo mecanismos estruturados para combater fraudes operacionais e simulações negociais.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

1. Diferencie os institutos da elisão fiscal e da evasão fiscal, abordando o momento de suas ocorrências e a licitude das condutas.
2. Explique o conceito de elusão fiscal e como a doutrina a relaciona com o fenômeno do abuso de forma jurídica.
3. Esclareça a regra prevista no Código Tributário Nacional para combater a dissimulação, destacando a condição legislativa exigida para a aplicação da prerrogativa de desconsideração pela autoridade administrativa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 1

A indústria "Bebidas Premium S.A." atua na fabricação de bebidas alcoólicas, que são comercializadas em embalagens primárias diretamente ao consumidor final. Em uma ação de "marketing", a entidade realizou a transferência não onerosa de um lote dessas bebidas para um grande festival de música patrocinado pela marca. Em um segundo momento, a companhia importou um equipamento industrial de alto valor, beneficiando-se da suspensão do pagamento dos tributos sobre o consumo aplicável aos bens de capital, devidamente autorizada por ato conjunto do Poder Executivo da União e do Comitê Gestor. Contudo, a companhia não incorporou o referido equipamento ao seu ativo imobilizado no prazo estipulado e optou por revendê-lo no mercado nacional. Paralelamente, a "Bebidas Premium S.A." contratou um serviço de suporte em tecnologia da informação prestado por uma empresa domiciliada no exterior, cujo consumo ocorreu no Brasil, sem que houvesse intermediação de plataforma digital ou inscrição do fornecedor estrangeiro no sistema tributário nacional.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Avalie a transferência não onerosa das bebidas alcoólicas para o festival sob a ótica da incidência e do momento do fato gerador do novo imposto de caráter extrafiscal.
2. Analise a consequência jurídico-tributária aplicável à "Bebidas Premium S.A." em decorrência da não incorporação do equipamento industrial ao seu ativo imobilizado.
3. Determine de quem é a responsabilidade pelo recolhimento dos tributos incidentes sobre a contratação do serviço de suporte tecnológico prestado pela empresa estrangeira.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

O restaurante "Sabor do Brasil Ltda." atua no setor de gastronomia e apura seus tributos pelo regime específico aplicável à sua categoria. Diariamente, o estabelecimento atende clientes em seu salão físico, onde cobra uma gorjeta de 10% sobre o valor da conta, a qual é integralmente repassada aos seus empregados. Além disso, a empresa realiza vendas por meio do aplicativo "Delivery Fast", uma plataforma digital que retém um percentual de cada pedido a título de comissão e de serviço de entrega, repassando apenas o valor líquido ao restaurante. Paralelamente, o "Sabor do Brasil Ltda." firmou um contrato com a pessoa jurídica "Tech Indústria S.A." para o fornecimento contínuo de refeições coletivas (marmitex) destinadas aos funcionários da referida fábrica.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Avalie a aplicação do regime específico de tributação sobre o contrato de fornecimento de refeições coletivas para a "Tech Indústria S.A.".
2. Analise a composição da base de cálculo dos tributos sobre o consumo incidentes nas refeições servidas no salão físico e nos pedidos intermediados pelo aplicativo "Delivery Fast".
3. Determine se os clientes que consomem no salão do restaurante possuem o direito de se creditar dos tributos incidentes sobre a alimentação adquirida.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>